

TCC/UNICAMP  
B548e  
IE/656



1290000656



TCC/UNICAMP B548e

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**



**As Estruturas de Gastos das Famílias Beneficiadas pelo  
Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima da  
Prefeitura Municipal de Campinas**

**Monografia**

**ALUNA: MARIANA BITTAR**

**ORIENTADOR: GERALDO DI GIOVANNI**

Dezembro, 1996

TCC/UNICAMP  
B548e  
IE/656



Esta monografia foi elaborada com  
o apoio de uma bolsa de iniciação  
científica do Programa Institucional  
de Bolsas de Iniciação Científica -  
PIBIC / CNPq

“Se os cientistas, antes de se exigirem  
construções tão complexas, se dedicassem  
às coisas mais simples da vida, talvez a  
humanidade viesse a ser bem mais feliz”

## **AGRADECIMENTOS**

O resultado deste trabalho dependeu da colaboração de muitas pessoas. Sem dúvida alguma, sem a sua ajuda, a superação das dificuldades encontradas no desenrolar desta Monografia seria muito mais difícil. Agradeço portanto:

Ao meu orientador, Prof. Dr. Geraldo Di Giovanni

Ao Núcleo de Pesquisas de Políticas Públicas, que foi essencial para a discussão deste trabalho, ajudando com sugestões e críticas, em todas as suas etapas e mesmo na sua formatação. Agradeço a todos e, em especial, à Beth, Leonor, Ana Fonseca, Lília, Débora e Milko.

Às famílias entrevistadas, pela disponibilidade e atenção, e às equipes das SARs Norte e Leste, pelas valiosas informações fornecidas.

Nada disso, entretanto, seria possível sem o apoio, carinho e compreensão de meus pais, Cássio e Paula Helena. A eles este trabalho é dedicado.

---

**ÍNDICE**

Apresentação.....	4
CAPÍTULO I	
Discussão Teórica sobre Programas de Garantia de Renda Mínima.....	5
1. Discussão Internacional.....	5
1.1. Programas de Garantia de Renda Mínima.....	7
1.2. Programas de Garantia de Renda Familiar Mínima.....	11
2. O PGRM no Brasil.....	12
2.1. O PGRM: Projeto apresentado pelo Senador Suplicy.....	14
2.2. PGRMs Implantados nos Municípios.....	16
CAPÍTULO II	
O PGRFM de Campinas.....	17
1. Contexto Sócio - Econômico.....	17
2. O PGRFM da Prefeitura Municipal de Campinas .....	18
2.1. Operacionalização do Programa.....	19
3. Evolução do PGRFM.....	23
4. Pontos Positivos e Negativos do PGRFM.....	23
CAPÍTULO III	
Caracterização das Famílias Beneficiadas pelo Programa.....	26
1. O Perfil Sócio Econômico das Famílias Beneficiadas pelo PGRFM (outubro/95).....	26
2. Resultados da Aplicação do Questionário nas Famílias Selecionadas para o Projeto Piloto.....	32

---

---

2.1. Caracterização das Famílias Trabalhadas no Projeto Piloto.....	34
2.2. Renda Mínima.....	35
CAPÍTULO IV	
As Estruturas de Gastos das Famílias beneficiadas pelo PGRFM.....	37
1. Hipóteses de Trabalho.....	40
2. As Estruturas de Gastos da Famílias Beneficiadas pelo Programa.....	42
2.1. Resultados da Pesquisa realizada pela Prefeitura de Campinas.....	43
2.2. Resultados da Aplicação das Cadernetas e Questionários nas Famílias Beneficiadas pelo PGRFM.....	44
3. Conclusões.....	55
CONCLUSÃO.....	61
ANEXOS.....	65

---

## APRESENTAÇÃO

---

Essa monografia tem como objetivo estudar as estruturas de gastos das famílias beneficiadas pelo Programa de Renda Mínima da Prefeitura de Campinas, segundo as tipologias familiares<sup>1</sup> e, ao mesmo tempo, verificar as adequações e inadequações no que tange à sua articulação com as diferentes estruturas e níveis de pobreza.

Nos primeiros meses de trabalho foram elaborados as hipóteses de trabalho e os questionários para a pesquisa de campo. Além da pesquisa bibliográfica, início da pesquisa de campo, entrevistas, levantamento de dados junto aos cadastros e exposição dos primeiros resultados do trabalho realizado. Nos últimos meses completou-se o trabalho de campo, com a análise dos dados e elaboração das conclusões.

Assim, a monografia foi dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo é feita uma breve exposição do debate internacional e brasileiro sobre Renda Mínima (como surge e se desenvolve). No segundo, faz-se uma descrição do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima de Campinas. No terceiro capítulo, a partir do cadastro da prefeitura (existente no NEPP<sup>2</sup>) e da Pesquisa Piloto realizada pelo NEPP em outubro de 1995, analisa-se o universo de famílias beneficiadas pelo o Programa. O quarto capítulo é dedicado à análise das estruturas de gastos das famílias. São apresentados as hipóteses levantadas sobre as estruturas de gastos e os resultados da Pesquisa realizada pela Prefeitura de Campinas em dezembro de 1995, retendo-se no que diz respeito aos gastos das famílias beneficiadas pelo Programa. Por fim, a partir dos resultados obtidos pela aplicação de cadernetas e questionários em 26 famílias e da análise das entrevistas realizadas nas SARs Norte e Leste, é feita uma conclusão a respeito do trabalho realizado.

## CAPÍTULO I

<sup>1</sup> As famílias se diferenciam por vários aspectos, como idade dos indivíduos, tamanho da família e características do chefe.

<sup>2</sup> Núcleo de Estudos de Políticas Públicas

---

## DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE PROGRAMAS DE GARANTIA RENDA MÍNIMA

### 1. Discussão Internacional

Os Programas de Garantia de Renda Mínima surgem como resultado da necessidade de reformulação das políticas sociais, devido à inadequação entre o histórico *Welfare State* e as mudanças econômicas ocorridas a partir dos anos 70.

Segundo Briggs<sup>3</sup>, *Welfare State* é: “(...) um Estado no qual se usa deliberadamente o poder organizado (através da política e da administração) num esforço para modificar o jogo das forças de mercado em pelo menos três direções: primeiro, garantindo aos indivíduos e às famílias, uma renda mínima, independentemente do valor de mercado de seu trabalho ou de sua propriedade; segundo, restringindo o arco de insegurança, colocando indivíduos e famílias em condições de fazer frente a certas “contingências naturais e sociais” (por exemplo, a doença, a velhice e a desocupação) que, de outra forma, conduziriam a crises individuais ou familiares; e terceiro, assegurando que a todos os cidadãos, sem distinção de status ou classe, sejam oferecidos os mais altos padrões de uma gama reconhecida de serviços sociais.”

Assim, segundo Ferrera (1993: 66), entre os anos 45 e 73, três modelos nortearam os sistemas de Proteção Social: o Residual, o Remunerativo e o Institucional (ou Redistributivo). O quadro 1 define as principais características desses modelos elaborados por Titmus. Embora inspirados em casos concretos, dificilmente os *Welfares States* assumiram estas características em sua totalidade. Entretanto elas podem ser usadas para uma visão analítica de cada situação concreta e, especialmente, para que se possa avaliar as dimensões reais da crise dos *Welfares States*.

---

<sup>3</sup> BRIGGS, A. The Welfare State in Historical Perspective in *Archives Européennes de Sociologie*, no.2, 1961. Pg. 228 apud Aureliano e Draibe (1989: 90)

---

**Quadro 1**Os Três Modelos de *Welfare State*

	Residual	Remunerativo	Institucional Redistributivo
Cobertura	Marginal	Ocupacional	Universal
Principal destinatário	Pobres	Trabalhadores	Cidadãos
Fragmentação institucional	Alta (localismo)	Alta (ocupacionalismo)	Baixa / Ausente
Prestação: Gama: Estrutura:	Limitada Ad hoc	Média Contributiva/ redistributiva	Extensa Soma fixa / homogênea
Nível: Requisito::	modesto Prova de meios	Variável Participação dos assegurados	Adequado Cidadania/ residência
Financiamento	Fiscal	Contributivo	Fiscal
Despesa: Nível: Componente predominante:	Baixo Programa de Testes de meio	Médio Transferência	Amplo Consumo público
Programa de prevenção	Ausente	Modesto	Amplo
Papel do Estado	Mínimo	Complementar	Substitutivo
Redistribuição	Pouca/ vertical	Média/ horizontal	Alta/ vertical

Fonte: Rielaborazione della tabella 1 in Sainsbury (1991) e dello schema 1 in Roebroek (1991) apud Ferrera (1993)

A eficácia desses sistemas era garantida pelas altas taxas de crescimento do período. O que, devido à demanda crescente por trabalho, acarretava em elevadas taxas de emprego, com aumentos constantes dos salários reais. Soma-se a isso o fato de, nesse período, as economias serem relativamente fechadas permitindo que os Estados nacionais possuíssem certo poder de regulação sobre a conjuntura econômica de cada país. Esses dois fatores garantiam o relativo equilíbrio entre as fontes de receita (impostos, taxas e contribuições) e de gasto do Estado (consumo, investimento e transferências).

Nos anos 70 essa situação é revertida devido ao conjunto de modificações ocorridas no mundo entre as quais pode-se destacar a incorporação de novas tecnologias que, além de dispensarem mão-de-obra, exigem uma qualificação cada vez maior. Esse processo acaba se traduzindo num desemprego estrutural e em massa, o que leva à deterioração das fontes de financiamento e ao aumento das demandas por serviços sociais, com a introdução de formas

particularistas em oposição aos princípios universalistas de alguns sistemas. Além disso, a crescente globalização da economia leva à redução da capacidade de regulação no espaço de cada Estado-nação (Silva, 1995).

Nesse contexto, o *Welfare State* entra em crise. Abre-se, então, um grande debate em torno do tema sistemas de proteção social. Debate no qual se avolumaram as críticas de vários matizes econômicos, políticos e ideológicos. Além disso, começa-se a pensar em novas alternativas de política.

As críticas se dirigem não só ao seu caráter setorizado, centralista e institucionalista, mas também ao fato desse sistema limitar a liberdade de escolha dos indivíduos. Soma-se a isso o problema da não universalidade do sistema, devido à sua vinculação com o mercado de trabalho e o alto nível de desemprego.

Além disso, a redução da capacidade de regulação do Estado é acompanhada de críticas quanto ao alto custo derivado da burocracia necessária para gerenciar o Estado de Bem Estar Social.

### *1.1. Programas de Garantia de Renda Mínima*

Da necessidade de reformulação dos programas de assistência social existentes, surge a idéia do Programa de Garantia de Renda Mínima. Como foi colocado por Goujon (1994), “a questão da garantia de um mínimo de subsistência se situa como parte da interrogação na busca de solução à crise de integração do social e do econômico, vista como estrutural”.

Os Programas de Garantia de Renda Mínima têm como objetivo, em geral, a transferência monetária a indivíduos ou famílias, garantindo um patamar considerado mínimo para a satisfação das necessidades básicas dos beneficiados. A partir dessa idéia, Programas desse tipo têm sido concebidos, recomendados ou mesmo criticados por orientações e razões bastante diferenciadas, respondendo a objetivos diversos (NEPP, 1996). No entanto, pode-

---

se dividir o debate em três tendências básicas: a Liberal, a Distributivista (ou Progressista) e a que articula a idéia de Renda Mínima à de inserção ou reinserção no mundo do trabalho.

Segundo Goujon (1994), para a **corrente liberal**, a renda mínima está ligada a uma renovação dos princípios de justiça que servem de fundamento à proteção social, à restauração da racionalidade econômica e à estabilização da despesa social. A crítica que dirigem ao “Estado - Providência” se dá com relação à sua ineficiência econômica (gestão burocrática e não capitalista) e social (não atende à demanda social). Para solucionar os problemas da pobreza e do desemprego de longa duração torna-se então necessário a “reinstalação das lógicas de concorrência em matéria de cobertura do risco”(Goujon, 1994) e a elaboração de um programa assistencial dirigido aos mais pobres (nivelando-se as oportunidades para o conjunto da população). Isso seria conseguido por meio da **substituição** dos serviços sociais por uma alocação monetária, atribuída a indivíduos ou famílias.

LA preocupação central das propostas liberais é, segundo Silva (1995), com a possibilidade de desestímulo ao trabalho, valor fundamental do liberalismo. Assim, para não comprometer a incitação ao trabalho, sugerem a fixação de um teto máximo a ser recebido pelos beneficiados.

Já a **corrente distributivista** (ou **progressista**), segundo Silva (1995), “propõe, essencialmente, a renda mínima como novo modo de distribuição de renda, com base nas transformações da organização industrial, que vêm provocando uma crescente dissociação entre volume da produção, volume do emprego e aumento da produtividade, decorrentes da automação dos processos de trabalho.” Isso faz com que a remuneração do indivíduo não se dê mais segundo sua produtividade, mas em função de sua integração num processo de produção altamente automatizado, sendo que essa integração só é possível para uma parcela cada vez menor da população. Assim, exige-se a utilização de mecanismos de distribuição de riquezas novos.

Segundo Euzéby<sup>4</sup>, que denomina essa corrente de **intervencionista**, a Renda Mínima é colocada como um mecanismo de construção de um sistema social novo, integrando um conjunto de prestações sociais e finanças públicas, para organizar uma solidariedade fundada na quebra da relação entre renda e quantidade de trabalho. O pressuposto do Programa de Renda Mínima será, para essa corrente, de **ampliação** e não de substituição de outros Programas sociais.

A terceira corrente, defendida por Milano<sup>5</sup>, articula a idéia de renda mínima com a noção de **inserção-reinserção** social e profissional do beneficiário. Ou seja, vincula direitos sociais a obrigações morais. A transferência monetária, suprimindo as necessidades básicas dos necessitados, é vista como um meio de combate à pobreza e de garantia da independência e dignidade do beneficiário. A renda mínima tem o papel, portanto, de superar o caráter discriminante e passivo dos serviços sociais.

Isso seria conseguido por meio da **Renda Contratual** em que há a exigência da inserção como contrapartida à Renda Mínima e rígido acompanhamento dos beneficiados. A duração do Programa seria limitada, sendo a família a unidade de referência para atribuição da renda. Para Milano, a Renda Mínima, assim como para os progressistas, deve ser **complementar** havendo forte articulação com outras rendas, programas e serviços adotados pelo atual sistema de proteção social. Essa é a corrente que orienta a maioria das experiências internacionais (Silva, 1995).

Silva (1995) faz algumas críticas à política de inserção. Segundo a autora, a passagem de uma política de integração para uma de inserção é contraditória se levarmos em conta que sua aplicação se dá num contexto em que a transformação no mundo do trabalho coloca limites a uma sociedade que vincula o trabalho ao assalariamento. A exigência da assinatura de um contrato por parte do beneficiário transfere a função reguladora do Estado,

---

<sup>4</sup> Euzéby, C. *Pauvreté, protection social, revenu minimum garanti*. Paris: Grenoble, 1986 apud Silva (1995)

<sup>5</sup> Milano, S. *Le revenu minimum garanti: les idées, les faites, le choix*. Regards sur l'Actualité. Paris, n143, p. 19-31, jui. 1988-a apud Silva (1995)

---

deslocando a responsabilidade sobre a pobreza das estruturas para os indivíduos. Além disso, introduz um caráter idealista às políticas sociais.

Assim, em todo o mundo, os programas de renda mínima vêm sendo discutidos e implantados como formas menos centralizadas e burocratizadas de distribuição de bens e serviços. Tais programas são considerados um avanço com relação ao Estado de Bem Estar Social na medida em que dissociam os benefícios da condição de empregado, criando, segundo o argumento progressista, “uma nova forma de solidariedade social” e “fortalecendo a eficácia redistributivista do sistema de proteção social”. Além de ampliar a liberdade de escolha dos indivíduos dos serviços sociais e bens de acordo com seu grau de prioridade (Ramos, 1994).

Mas, como foi afirmado por Draibe (1994), os programas de renda mínima não significam a eliminação dos outros programas sociais públicos, funcionando mais como uma renda adicional.

Segundo Ramos (1994) e Silva (1995), as principais críticas que surgiram com relação aos Programas de Garantia de Renda Mínima são:

1. Tais programas não atacam o problema da exclusão social pela raiz. São considerados assistencialistas, conseguindo apenas atenuar o problema da pobreza no curto prazo. No longo prazo, tal problema pode ser até mesmo agravado.
  2. Desmobilização de lutas sociais pela busca de melhorias das condições de vida.
  3. Não garantem a inserção no mercado de trabalho. Por serem incapazes de, por si próprios, alavancarem novos empregos na economia.
  4. Há ainda o perigo do incentivo ao não trabalho. Ao garantir uma renda mensal, esses programas criam uma dependência por parte dos beneficiados, que acabam se acomodando, não procurando alternativas para garantir sua renda.
-

5. Discute-se também até que ponto a liberdade de escolha dos indivíduos não acaba fazendo com que algumas necessidades básicas como alimentação, educação e saúde não sejam preenchidas.
6. Com relação aos custos, esses programas são considerados caros. Além dos gastos com a renda dirigida à família, há os com a burocracia necessária para distribuição, seleção e fiscalização dos beneficiados. Exigiriam, portanto, ou que se desviasse gastos de outros serviços essenciais, como saúde e educação, ou que se criassem novos tributos.
7. Os mecanismos de auferir renda são precários e incertos, o que acaba introduzindo desigualdades entre os beneficiados.

Uma outra crítica, levantada na pesquisa realizada pelo NEPP(1996), é a de que tais programas limitam o acesso dos beneficiários potenciais por falta de divulgação (informação), pelas suas exigências e burocratização excessiva, pela recusa dos critérios estabelecidos para acesso e por falta de condições materiais e pessoais dos beneficiários potenciais para fazerem uso do Programa

### *1.2. Programas de Garantia de Renda Familiar Mínima*

Dentro desse programa de garantia de renda mínima surge a idéia de garantia de renda mínima familiar e não individual -“para garantir a alimentação básica dos seus membros, o acesso aos equipamentos sociais básicos, ampliar as possibilidades de manter sob seus cuidados idosos ou familiares incapazes”(Draibe, 1994 : 113). Essa idéia se justifica quando se observa a situação da pobreza nos dias de hoje.

Atualmente, como foi afirmado por Carvalho (1994 : 96), a família e a comunidade, entre os pobres, têm sido garantida como “estratégia indispensável à sobrevivência material e afetiva.”. As condições de vida da marginalidade urbana fazem com que essas famílias adotem como estratégias a solidariedade entre vizinhos e a inserção dos seus membros (chefes e crianças) no mercado informal de trabalho. Assim, a participação dos filhos no orçamento doméstico é essencial para garantir o consumo dessa classe social.

---

É nesse contexto que surge a necessidade de se criar políticas sociais que levem em conta a família e a comunidade. Ao garantir uma renda complementar às famílias, poder-se-ia liberar as crianças e jovens para que estes pudessem frequentar escolas, cursos profissionalizantes, permitindo que seja modificada a situação (o grau de instrução, de formação) da nova geração. Para Carvalho (1994), essa visão pode ser considerada como ponto de partida de “práticas sociais alterativas” e não, simplesmente, alternativas (sem eliminação das desigualdades). Assim, a política de garantia de renda familiar mínima pode ser considerada, para a autora, como um salto qualitativo no reconhecimento da cidadania para todos, por significar um rompimento com a cultura de tutela.

Além disso, segundo Draibe (1994), ao se levar em conta a unidade familiar como parâmetro da proteção, devem ser consideradas as diferenças na situação de pobreza derivadas dos diversos tipos familiares:

“Na família domiciliar, em primeiro lugar, se juntam os rendimentos e dentro dela o consumo ocorre em comum, nivelando no seu interior, até certo grau, a satisfação das necessidades de seus membros. O relativo bem estar ou pobreza da família dependerá assim, não apenas do nível de remunerações obtidas por alguns de seus componentes, mas também das características sócio-demográficas da família, em particular do seu tamanho e da distribuição sexo-idade de seus membros.”

(Lopes e Gottschalck in Sônia Draibe, 1994 :111).

## **2. O PGRM no Brasil: debate e experiências**

No Brasil, o processo de constituição de um sistema social se deu no período entre 1930 e 1945, seguindo as grandes transformações sócio econômicas derivadas da passagem do modelo de desenvolvimento agro- exportador para o modelo urbano industrial. Nessa fase, há um reordenamento do Estado que passa a assumir papel ativo no desenvolvimento

---

---

econômico e na garantia de educação, saúde, previdência, habitação popular, programas de alimentação e nutrição, saneamento e transporte coletivo (NEPP, 1994).

Assim, o padrão de cidadania desenvolvido nesse período tem por base o mercado de trabalho, rigidamente controlado pelo Estado. Segundo Santos (1987), ser cidadão significa ter carteira assinada e pertencer a um sindicato.

Durante os anos 70 e 80, marcados pelo autoritarismo da ditadura militar, há uma grande expansão dos serviços sociais como forma de compensar a repressão e legitimar o regime político vigente. Principalmente a partir de meados da década de 70, a rearticulação da sociedade civil leva a um aumento das demandas sociais. Processo que, apesar de avançar na década de 80, começa a ser afetado pela crise econômica e do próprio Estado. Sendo esta última um reflexo da onda Neoliberal internacional.

Assim, o clientelismo, a burocracia elevada, a instabilidade dos programas, a ineficiência e insuficiência, com desperdício de recursos, o distanciamento entre formuladores e beneficiários e a ausência de mecanismos de controle são algumas das características que marcam o sistema social na década de 90. Não se consegue, portanto, alterar a estrutura desigual da sociedade brasileira.

Dentro desse contexto, há a apresentação pelo Senador Eduardo Matarazzo Suplicy do projeto de lei nº 80, de Garantia de Renda Mínima. O que vai desencadear no país a discussão em torno do tema.

Segundo Ramos (1993: 10), “no caso específico do Brasil, a conveniência da implementação de uma renda mínima vêm sendo justificada a partir de 3 argumentações”.

Primeiro, o programa de renda mínima, definido como um direito à cidadania, estabelece uma relação Estado-cidadão que não precisa de intermediários. Os benefícios sociais deixam de ser utilizados como uma troca de favores entre o político e o eleitor.

---

Segundo, devido às dificuldades encontradas por grande parcela da população de se inserir nos mercados formais de trabalho, há uma expansão acelerada do setor informal da economia, onde os benefícios como aposentadoria, FGTS, seguro-desemprego, etc. não existem. A renda mínima torna-se, nesse caso, essencial. Ao ser generalizada a todos os setores, diminui os efeitos da falta de cobertura social dessa parcela excluída do mercado de trabalho.

Por último, a renda mínima é assumida aqui como uma forma de melhorar a distribuição de renda, dada a dificuldade de elevar os salários reais via política social. Além de evitar pressões com relação a aumentos salariais.

Outra característica não citada pelo autor, é o efeito positivo sobre os setores produtores de bens de consumo das classes mais pobres (provocado pelo aumento da demanda)

### *2.1. O PGRM: Projeto apresentado pelo Senador Suplicy*

A discussão da importância da implementação de um programa de renda mínima nacional chegou ao Senado com a apresentação do projeto elaborado pelo Senador Eduardo Matarazzo Suplicy. O projeto foi aprovado pelo Senado em 1991, enviado à Câmara, onde permanece até hoje. Baseado na idéia de imposto de renda negativo<sup>6</sup>, o programa beneficiaria as pessoas maiores de 25 anos que auferissem renda mensal inferior a 2,25 salários mínimos. A complementação monetária para cada indivíduo seria equivalente a 30% da diferença de seu patamar bruto e o patamar mínimo.

Sua implementação seria gradual, tendo como critério a idade. Inicialmente, seriam beneficiados os maiores de 60 anos, até que se atingisse os maiores de 25 anos. Além disso, esse programa substituiria outros (diagnosticados como ineficientes e fontes de

---

<sup>6</sup> A idéia do imposto negativo propõe que quem ganhe acima de um piso pague imposto de renda e quem ganhe abaixo desse piso, receba uma renda em dinheiro. Trata-se, portanto, da utilização de um mecanismo de taxaço negativa.

desperdício<sup>7</sup>), o que possibilitaria o seu financiamento. Aqui, torna-se importante ressaltar que programas básicos como os da área de educação, saúde e saneamento continuariam existindo.

Na defesa do PGRM, o autor adiciona algumas vantagens às expostas anteriormente, como:

1. Efeitos positivos no controle de fluxos migratórios, por se tratar de um programa nacional.
2. Garantia de uma renda mínima aumenta o poder de barganha dos assalariados no mercado de trabalho, permitindo-os não se sujeitarem a condições repugnantes, como o trabalho escravo. Além de, garantir o fisicamente indispensável para que uma pessoa possa conseguir trabalho, educação etc
3. Dado à simplificação, há maior possibilidade de controle, diminuição de fraude na administração do programa, permitindo reduzir a burocracia

Com relação ao caso Brasileiro, segundo Ramos (1993), pode ser adicionada uma crítica às feitas anteriormente. Como grande parte da população brasileira se encontra no mercado informal torna-se difícil fiscalizar as declarações de rendimento das pessoas ocupadas ou empregadas, causando distorções graves com relação aos beneficiados. Além de haver incentivo ao não registro em carteira de trabalho, o que reduz a arrecadação do governo por dois lados: tem que pagar renda maior ao trabalhador e não recebe obrigações do empregador.

Outras duas críticas são com relação à possibilidade de corrupção do governo (no critério de seleção dos beneficiados, por exemplo) e às dificuldades de administração do programa

É importante assinalar que, no caso do projeto do Senador Suplicy, o perigo do incentivo ao não trabalho é atenuado pelo fato de o pagamento ser de apenas 30% da diferença entre o patamar mínimo e o bruto.

---

<sup>7</sup> Segundo relatório do Banco Mundial, o Brasil gasta mal os recursos que aplica na área social. Os 20% mais pobres ficam com 15% dos gastos sociais. E os 20% mais ricos acabam se beneficiando de 21% dessas verbas. Assim, um corte nos gastos, transferência de recursos e a supressão de incentivos fiscais poderiam gerar grande parte dos recursos necessários ao financiamento de um PGRM. (Folha de São Paulo, 28/04/96)

## 2.2. *PGRMs Implantados nos Municípios*

Segundo Silva (1995), outros programas de renda mínima têm sido implantados a nível municipal, num contexto de esvaziamento das políticas sociais federais, da ampliação da pobreza no país e da perspectiva da descentralização das políticas sociais. São exemplos de cidades que adotaram essa política: Campinas, Distrito Federal, Santos, Salvador, Ribeirão Preto, Sertãozinho, São José dos Campos, Londrina, entre outras. Somando os lugares em que o projeto foi apresentado e ainda está em discussão e os em que o Programa já está em execução o total obtido são 12 estados e 60 municípios.

O ponto comum relevante nas experiências, nas propostas e no debate é a busca de articulação de uma transferência monetária a famílias pobres, com filhos menores de 14 anos; com filhos desnutridos ou com filhos nas ruas. A exigência de uma contrapartida é geralmente associada à frequência à escola e a programas preventivos de assistência à saúde. Tais Programas, ao contrário do projeto Suplicy, não são, portanto, considerados como substitutivos de outros programas sociais, mas sim pretende-se com eles reforçarem as oportunidades de acesso dos beneficiários aos programas existentes. (NEPP, 1996)

Além disso, a maioria das iniciativas têm partido de representantes políticos de partidos de centro-esquerda e esquerda. Ao contrário dos casos internacionais e especialmente Latino-Americanos, onde os programas de Renda Mínima têm correspondido a posturas liberais ou neo liberais de retração do gasto social e desmontagem dos programas sociais de corte universalista (NEPP, 1996).

---

## CAPÍTULO II

### O PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA FAMILIAR MÍNIMA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

#### 1. Contexto Sócio- econômico

A partir dos anos 80, o recrudescimento da pobreza e a insuficiência de políticas sociais leva os municípios a adotarem novos programas, focalizados nos grupos mais pobres. Campinas, com seu alto padrão de vida e elevada concentração de renda, se enquadra nesse perfil dos municípios brasileiros. ( NEPP, 1996)

Como capital regional, foi pólo de atração de migrantes nas últimas duas décadas, o que acarretou num aumento violento da população. Por outro lado, nos anos 80, o crescimento econômico começa a diminuir, sendo que os anos 90 são marcados por forte recessão. O nível de desemprego cresce, estabelecimentos industriais importantes são fechados, cai o ritmo de produção agrícola, deteriorando as condições de vida da população.( NEPP, 1996)

Entre 80 e 90, segundo dados da Prefeitura, a população favelada cresce de 36.155 pessoas em 1980 para 67.474 pessoas em 1991. Em 1994, 7,4% da população são considerados miseráveis<sup>8</sup> e 37,9% pobres, ou seja, pessoas pertencentes a famílias cuja renda não garante o necessário para cobrir seus gastos com a cesta de bens e serviços. Comparando os períodos de janeiro a outubro de 1994 e janeiro a outubro de 1995, nota-se que o pedido de Seguro Desemprego cresce 32%. Se considerarmos que só tem direito ao Seguro Desemprego os assalariados do setor formal, que tenham trabalhado nos últimos dois anos, pode - se concluir que o nível de desemprego foi ainda maior.(NEPP, 1996)

---

<sup>8</sup> Segundo Pesquisa Sobre Condições de Vida ( SEADE.,1995), entende-se por miseráveis o grupo social carente em quatro níveis : educação, saúde, moradia e renda. É importante colocar que as famílias beneficiadas pelo PGRFM de Campinas se encontram , em sua maioria, dentro desse grupo.

Dentro desse contexto, desde o início da década de 80, são implementados programas como distribuição de cestas básicas, controle de desnutrição, com distribuição de leite, atendimentos às crianças carentes, balcão de emprego etc. E, no terceiro ano de governo da administração de Magalhães, é instituído o *Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima*.

## 2. O PGRFM da Prefeitura Municipal de Campinas

Em janeiro de 1995, a **Prefeitura Municipal de Campinas** apresentou à Câmara dos Vereadores o Projeto referente à implantação do **Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM)**. Como foi afirmado, “além do caráter assistencial”, o projeto visava estimular o processo emancipatório dos beneficiados de forma que eles não precisassem mais do subsídio financeiro. Isso seria conseguido por meio de um trabalho sócio-educativo.

A justificativa para sua implantação se apoiava no número crescente de crianças e adolescentes nas ruas da cidade, esmolando, exercendo trabalhos informais ou cometendo atos infracionais. A situação de extrema pobreza em que vivem algumas famílias<sup>9</sup> no município acaba por afetar elevado número de crianças na idade de sua formação física, intelectual e moral, colocando-as à margem da sociedade. Além de não receber a atenção necessária, muitas vezes essas crianças eram obrigadas a sair em busca dos recursos necessários à sua sobrevivência, ficando expostas a grandes riscos.

Assim, ao propor o PGRFM, a prefeitura tinha como objetivo fornecer um subsídio mensal temporário para que as necessidades básicas das famílias pudessem ser atendidas e, ao mesmo tempo, assegurar um trabalho educativo que permitisse modificar a dinâmica familiar.

---

<sup>9</sup> Segundo pesquisa do SEADE, em outubro de 1995, existiam 18 mil famílias em extremo estado de carência no município de Campinas. (Folha de São Paulo, 28/04/96)

Além disso, procurar-se-ia assegurar a frequência da criança na escola, melhorar seu estado nutricional, estimular sua participação nos programas formativos, ampliar o conhecimento da família a respeito de sua responsabilidade frente à criança e da importância de uma maior integração familiar.

### *2.1. A operacionalização do Programa*

O PGRFM foi instituído pela Prefeitura de Campinas através da Lei nº 8.261 de 06/01/1995 e regulamentado pelo Decreto nº 11.471/95 de 03/03/1995. Sendo que nesse mesmo mês já se deu início a sua implantação. A meta inicial era a de atender 3.000 famílias, incorporadas gradualmente ao longo do primeiro ano de vigência.

Operado por técnicos da Prefeitura, o PGRFM foi concebido como um sistema único descentralizado na execução ( cada Secretaria de Ação Regional<sup>10</sup> - SAR- cadastra e acompanha as famílias) e unificado nos procedimentos e normas de seleção, controle e acompanhamento (NEPP, 1996)

#### *2.1.1. Inserção Institucional do Programa.*

O **Prefeito**, junto com a **Secretaria de Governo**, é responsável pelos procedimentos e normas de seleção, além do controle do Programa. A **Secretaria Municipal da Família, da Criança e do Adolescente e da Ação Social<sup>11</sup> - SMFCAAS**, através do **Departamento de Assistência à Família, criança e adolescente** é responsável pela coordenação geral do **Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima - PGRFM**. Este órgão estabelece relação com as SARs, com a Secretaria Municipal de Educação- para assegurar vagas às crianças e adolescentes das famílias beneficiadas, com a Secretaria de Finanças e com o IMA (Informática dos Municípios Associados), encarregado da montagem do Banco de Dados,

<sup>10</sup> A cidade de Campinas é dividida em 4 regiões: Norte, Sul, Leste e Oeste. Cada região possui uma Secretaria de Ação Regional que fica responsável pela sua administração.

<sup>11</sup> Este órgão estabelece relação com as SARs, com a Secretaria Municipal de Educação- para assegurar vagas nas escolas para as crianças e adolescentes das famílias beneficiadas pelo programa, com a Secretaria Municipal de Finanças, com o IMA- Informática dos Municípios Associados, com a Secretaria de Governo e outros órgãos.

com a Secretaria de Governo e outros órgãos. As **Secretarias de Ação Regional - SARs**, por meio das **Diretorias de Desenvolvimento Social**, nas suas respectivas áreas de atuação (norte, sul, leste e oeste) são responsáveis pela gerência do Programa (cadastramento e acompanhamento das famílias).

Principalmente nos primeiros meses, o poder de decisão- de formulação e implementação- esteve concentrado nas mãos do Prefeito e da Secretaria de Governo. Mas são os técnicos do Programa, localizados nas SARs os responsáveis pela seleção das famílias, tendo nesse campo forte poder e ampla margem de arbítrio.

Com relação ao recrutamento, no início, utilizou-se o próprio pessoal da Prefeitura, ampliado somente em 8 técnicos (psicólogas e assistentes sociais) e 5 digitadores. Ao longo dos meses, o grupo de técnicos dobrou.

### *2.1.2. Critérios de Elegibilidade:*

Para que possam candidatar-se ao Programa, as famílias devem: ter renda per capita inferior a R\$ 35,00; residir em Campinas a pelo menos 2 anos; ter filhos em idade escolar (menores de 14 anos) ou portadores de deficiência (física ou mental); atender às obrigações estabelecidas em termo de responsabilidade e compromisso. A sua implantação se deu em duas etapas. Na primeira foram beneficiadas as famílias consideradas como prioritárias, ou seja, aquelas com crianças em situação de risco<sup>12</sup>. Na segunda etapa, ainda em vigor, o auxílio é dirigido às famílias em situação de extrema pobreza.

### *2.1.3. Cálculo da Renda Familiar:*

Para efeitos do Programa, definiram-se como família, os filhos (ou dependentes) menores de 14 anos e seus representantes legais. Sendo que, como já foi dito anteriormente, deficientes, independente da idade, também são contabilizados. Para cálculo da renda *per capita* deve-se somar a renda dos pais ou responsáveis e dividir pelo número de integrantes da família. O

---

<sup>12</sup> Para fins do programa, são entendidas como em situação de risco as crianças de rua, registradas no projeto "Casa Amarela" e/ou as desnutridas, com notificação compulsória da Secretaria Municipal da Saúde.

programa complementar a renda das famílias com crianças na situação acima, cuja renda *per capita* seja inferior a 35 reais.

#### *2.1.4. Cadastramento e Seleção das Famílias:*

As famílias candidatam-se ao Programa preenchendo nas SARs a ficha de cadastramento, principal instrumento de informação do Programa. Nessas fichas estão incluídos dados sobre a composição da família, renda, características da habitação, nível de escolaridade, condições de saúde, profissão dos membros da família, acesso a outros programas governamentais e não governamentais etc.

As informações contidas nas fichas irão compor o Banco de Dados sobre as famílias beneficiadas pelo PGRFM. Esse procedimento visa prevenir duplas inscrições, fornecer informações sobre as famílias e sua distribuição espacial e sobre o volume de recursos necessários para manutenção do PGRFM.

A seleção das famílias leva em conta: os critérios do Programa e os dados contidos nas fichas, apoiados pelas informações obtidas por meio de entrevistas e visitas domiciliares dos técnicos. Além das prioridades estabelecidas para cada etapa. Inicialmente, a prioridade era crianças desnutridas e/ou crianças de rua

#### *2.1.5. Acompanhamento e desligamento do Programa:*

O acompanhamento do Programa é realizado por meio de:

1. Entrevistas domiciliares e atendimentos individuais, para que se conheça melhor o grupo familiar e as informações sejam checadas.
  2. Encaminhamento para recursos da comunidade.
  3. Formação de grupos sócio-educativos
  4. Formação de grupos de geração de renda, com o objetivo de reunir, periodicamente, os representantes das famílias visando a busca de alternativas que possam auxiliar na melhoria das condições de vida.
  5. Oficinas de trabalho.
-

O desligamento do programa ocorre quando não há cumprimento do **Termo de Responsabilidade e Compromisso** ou não há mais a necessidade do subsídio ou ainda, se o período de permanência da família no programa estiver se esgotado. É importante ressaltar que, a princípio, esse período é de um ano, podendo ser renovado desde que, apesar do esforço para alterá-las, as condições que justificaram a sua entrada no programa permanecerem.

Além disso, como afirmado anteriormente, para permanência no Programa, as famílias devem garantir a assiduidade das crianças à escola e cadastrar seus filhos nos postos de saúde, com acompanhamento permanente.

#### *2.1.6. Grupos Sócio - Educativos:*

A participação das famílias nas reuniões mensais dos grupos sócios - educativos é obrigatória, sendo que nessas reuniões há a distribuição dos cheques para que as famílias descontem-nos nas agências pagadoras. Os objetivos dos grupos são: garantir um espaço de discussão e reflexão das famílias sobre questões cotidianas (alcooolismo, drogas, doenças sexualmente transmissíveis etc.) e possibilitar uma constante avaliação da dinâmica familiar (os assuntos são trazidos pelo próprio grupo). Além disso, a partir das informações das famílias sobre seus gastos, seus planos são discutidos, recebendo sugestões e orientações<sup>13</sup>. É garantido o sigilo dos assuntos tratados nas reuniões. Este é o mais forte mecanismo de acompanhamento e controle de que dispõe o Programa. Os grupos são compostos por, no máximo, 15 integrantes, sendo acompanhados por uma assistente social e uma psicóloga.

#### *2.1.7. Financiamento:*

O Programa conta com recursos de até 1% do valor do orçamento anual do município (aproximadamente US\$ 2,7 milhões). Os recursos disponíveis são calculados mês a mês e havendo saldo não será considerado crédito para o mês subsequente. Em 12 de agosto de 1995, o valor dos recursos utilizados pelo Programa já atingira R\$ 1,5 milhões.

---

<sup>13</sup> É importante ressaltar que, segundo técnicos do Programa, as famílias estão livres para decidir no que devem gastar a renda recebida, não sendo obrigadas a seguir essas orientações.

Durante o seminário sobre Experiências de Renda Mínima o prefeito de Campinas, José Roberto Magalhães Teixeira e a diretora da Assistência Social do Ministério da Previdência, Lúcia Vânia Abrão Costa, assinaram um termo de compromisso que introduziu Campinas no Programa Federal "Pró- Renda"<sup>14</sup>. O que possibilita à população o acesso à outra fonte de recursos.

### *3. Evolução do PGRFM*

No primeiro mês (fevereiro de 1995), foram beneficiadas 105 famílias. Em abril de 1996, o número de famílias atendidas era 2267. A meta, segundo o ex-prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, era atingir 4000 famílias até o final de 1996. Apesar da morte de Magalhães Teixeira, com a posse do vice- Prefeito, o Programa continua aumentando o número de beneficiários.

### *4. Pontos Positivos e Negativos do PGRFM:*

O PGRFM da Prefeitura Municipal de Campinas foi a primeira experiência brasileira de implantação de programas dessa natureza. De forma diferente da proposta apresentada pelo Senador Suplicy, a vinculação da renda mínima à família, à educação e à saúde, além de, como declarou o economista Mercadante à Folha de S.P, em 28 de abril de 1996, transformar o gasto em investimento (segundo pesquisa do Banco Mundial, cada ano a mais de escolaridade da população significa um crescimento de 4.5% do PIB), possibilita a redução da pobreza no futuro, por meio de uma maior qualificação do trabalho, tirando ainda o jovem do mercado de trabalho. Tal ligação fica claro nas entrevistas com as famílias, que associam o Programa às crianças, destinando a elas a maior parte da renda recebida (compra de roupas, leite, danones, material escolar etc). A maioria das famílias afirmam ainda que o Programa, ao reduzir a necessidade de um complemento à renda familiar, permitiu a retirada das crianças das ruas e do mercado de trabalho. Segundo declaração na Folha de S.P de Dulce de Paula Sousa, do Departamento de Apoio à Família, entre as

---

<sup>14</sup> O "Pró- Renda" consiste no empréstimo, por um período de seis meses, de R\$1,0 mil a famílias cadastradas em programas de assistência social adotados nos municípios. O dinheiro deve ser utilizado para iniciar alguma atividade produtiva independente.

famílias que recebem a complementação, o número de crianças na escola cresceu de 82% para 87%, sendo que o número de crianças de rua, em um ano, caiu de 550 para 80.

Além disso, o programa familiar evita a destinação desse a pessoas que não são pobres. Por exemplo, no caso do Programa apresentado por Suplicy, por ser individual, “a mulher de um banqueiro que não trabalhe pode entrar no Programa, pois sua renda é zero<sup>15</sup>” (Folha de São Paulo, 28/04/96). Caso que não ocorre quando o Programa é dirigido às famílias.

Quanto aos custos, ao contrário das críticas levantadas com relação a programas de tal natureza, no caso de Campinas esses estão concentrados nas despesas com as famílias (subsídios). No início, segundo a assistente social da SAR- Leste, utilizou-se funcionários da Prefeitura. Com sua expansão foram sendo contratadas assistentes sociais e psicólogas, sendo esse número pequeno. Por sua administração se dar de forma descentralizada, os outros gastos são baixos. Não se pode esquecer também que há um teto para os gastos de 1% do orçamento. Teto que não foi ainda atingido.

Algumas famílias se acomodaram, mas para outras o Programa foi importante como meio de conseguir emprego. As Reuniões sócio-educativas, o dinheiro para compra de roupas e passes, os cursos profissionalizantes oferecidos pelas SARs, a inscrição no Balcão de Emprego e o dinheiro investido com o objetivo de gerar renda<sup>16</sup> são alguns exemplos de fatores que possibilitaram (ou facilitaram) a obtenção de emprego. Além disso, um estímulo à procura de trabalho é que a obtenção desse não diminui o rendimento recebido pelo Programa. Nas reuniões é ainda ressaltado o caráter temporário do Programa, mostrando às famílias a necessidade de que procurem novas formas de auferir renda.<sup>17</sup> Apesar de a obtenção dessas formas de auferir renda esbarrar em aspectos estruturais, como restrições

---

<sup>15</sup> Segundo Urani (folha de São Paulo), 40% dos beneficiados seriam da metade mais rica da população

<sup>16</sup> Segundo dados obtidos pela Prefeitura, no final do ano passado, entre os que investiram em eletrodomésticos, 17% o fizeram com o objetivo de gerar renda.

<sup>17</sup> A pesquisa que será feita no próximo semestre pela bolsista será importante para se verificar quais são as mudanças nas necessidades das famílias de auferir renda, dado as modificações na estrutura de gastos, e como isso se reflete na procura por novas formas de auferí-la., destacando os obstáculos a sua concretização.

---

do mercado de trabalho e dificuldades em obter o capital inicial para abertura de um negócio próprio, dadas as restrições em obter recursos pelo pró-renda.

Por fim, a descentralização torna mais fácil a fiscalização, que também pode ser feita nas Reuniões Sócio-Educativas mensais.

O problema mais visível do Programa diz respeito às formas de seleção das famílias. Dado o nível elevado de empregados no mercado de trabalho informal, a declaração dos rendimentos, fica, muitas vezes sob responsabilidade apenas do requerente, o que cria desigualdades na distribuição ( quem ganha mais pode receber mais do Programa). Outro problema vem do fato de o PGRFM não ter ainda encontrado um critério para que a família permaneça ou não no Programa após completar um ano.

---

## CAPÍTULO III

### CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PGRFM

Esse capítulo foi dedicado à caracterização das famílias beneficiadas pelo Programa de Campinas. Para isso, foram utilizados como fontes de Pesquisa o Banco de Dados sobre o Programa, existente no NEPP e a Pesquisa Piloto realizada pelo NEPP, em outubro de 1995.

#### 1. O Perfil Sócio-Ecônomico das Famílias Beneficiadas pelo PGRFM (outubro de 1995)

Em outubro de 1995<sup>18</sup>, do total de famílias beneficiadas (1723) pelo PGRFM da Prefeitura Municipal de Campinas, 957 delas vinham do Estado de São Paulo, 257 de Minas Gerais, 250 do Paraná e o restante de outros estados.

A distribuição por tipo de família se dá da seguinte forma: 950 delas são biparentais<sup>19</sup>, 764 monoparentais<sup>20</sup> femininas e 9 monoparentais masculinas. Com relação à idade dos requerentes, a faixa em que a concentração é maior é a que vai de 25 a 34 anos (825 requerentes). A faixa de menor concentração é a de maiores de 60 anos (18). Isso pode ser explicado pelas próprias restrições do programa. Dado a necessidade de possuir filhos menores de 14 anos, a tendência é que o benefício se dirija às famílias mais novas (com maior propensão a possuir filhos nessa faixa etária).

Ao cruzar, o tipo familiar com idade dos requerentes, pode-se observar pela tabela 2.1. que, independente da característica do chefe, a distribuição das famílias nas diversas faixas etárias se mantém, relativamente, constante. Apesar de no grupo monoparental masculino haver

---

<sup>18</sup> Os dados apresentados descrevem a situação geral das famílias e suas rendas e foram obtidos junto ao banco de dados da prefeitura, existente no NEPP

<sup>19</sup> Define-se como biparental, a família que possui 1 chefe e seu conjugue

<sup>20</sup> Define-se como monoparental, a família cujo chefe não possui conjugue

---

uma diferença com relação à média das famílias. Nesse grupo, a faixa que apresenta concentração maior de beneficiários é a que vai de 40 a 59 anos.

**Tabela 1.1**

Distribuição das Famílias por Tipo Familiar e Idade do Chefe (em anos)

	Biparental	Monoparental masculina	Monoparental feminina	Total
<= 24 anos	122	1	146	269
25 - 34	453	1	361	815
35 - 39	183	1	138	322
40 - 59	178	6	112	296
>=60	14	0	7	21
Total	950	9	764	1723

Fonte : SMFCAAS/PMC

Elaboração: NEPP/UNICAMP, 1995

Já quanto ao sexo do requerente, o predomínio de mulheres (1556) sobre homens (167), pode ser explicado por vários fatores. A maior disponibilidade de horário e a maior propensão das mulheres em tomar esse tipo de iniciativa (procurar benefícios como forma de complementar sua renda e/ou a cesta de consumo familiar) é reforçado por algumas restrições legais (necessidade de possuir o termo de guarda das crianças para requerer o auxílio). A instabilidade dos casamentos (na maioria das vezes, uniões consensuais) e a diversidade de companheiros com os quais mulheres com baixo grau de instrução têm seus filhos faz com que as assistentes sociais estimulem as mulheres a assinarem os termos de responsabilidade. Isso porque, além de possuírem os termos de guarda sobre as crianças, geralmente, após a separação, são elas que ficam com os filhos. Não se pode esquecer também o fato de 45% das famílias serem monoparentais, sendo que, nesse universo de 773 requerentes, somente 9 (1,16 %) são homens.

A distribuição das famílias por tipo familiar, média de componentes, crianças menores de 14 anos e distribuição entre filhos e não filhos revela algo interessante da composição das famílias biparentais e monoparentais. Segundo a tabela 2.2, as famílias biparentais são mais

nucleadas e com mais filhos que as monoparentais, que, por sua vez, apresentam maior número de outros parentes e não parentes, o que pode significar uma composição mais aberta e heterogênea das últimas em relação às primeiras.

**Tabela 1.2**

Distribuição das Famílias por Tipo Familiar, Média de Componentes, Crianças Menores de 14 anos e Distribuição entre Filhos e Não Filhos:

	Biparentais	Monoparentais
Média de Componentes	5,9	4,5
Crianças Menores 14 anos	3,4	2,8
Distribuição entre:		
Filhos	404	279
Não Filhos	97	264

Fonte : SMFCAAS/PMC

Elaboração: NEPP/UNICAMP, 1995

Ao se observar a distribuição de famílias por faixa de renda, pelos critérios do programa (somente a renda dos pais e/ou responsáveis pelas crianças), percebe-se que a maior parte dos beneficiários encontram-se na faixa de renda zero (41,6%). Sendo que essa concentração se eleva quando se considera somente famílias monoparentais (53,2%) e reduz no caso das biparentais (32,2%).

É importante destacar que, na verdade, a renda das famílias está fortemente concentrada na faixa entre renda zero e cem reais (82,6 %). Novamente, esse valor diminui no caso das famílias biparentais (73,6%) e aumenta nas monoparentais (93,6%). A faixa de renda superior a 200 reais é a que possui concentração menor (0,8%) e ela só existe no caso das biparentais (1,5%).

Daqui, pode-se concluir que as famílias biparentais tendem a ter uma renda superior às monoparentais. Isso pode ser explicado não só pelo fato das primeiras serem compostas por dois responsáveis, ficando mais fácil dividir a tarefa de casa e havendo a possibilidade de se ter o rendimento de duas pessoas no orçamento familiar. Mas também, pelo fato de a maioria das famílias monoparentais terem como chefe mulheres, aumentando a probabilidade

de se ter um orçamento mais baixo. Isso ocorre devido à maior dificuldade das mulheres se inserirem no mercado de trabalho, além da tendência a receberem um salário inferior ao dos homens.

**Tabela 1.3**

Distribuição das Famílias por Tipo Familiar e Faixas de Renda (em reais), pelos critérios do programa .

	Monoparental	Biparental	Total
Zero	53,2%	32,2%	41,6%
#0<=70	27,7%	22,2%	24,7%
>70<=100	12,7%	19,2%	16,3%
>100<=140	4,9%	14,6%	10,3%
>140<=200	1,6%	10,3%	6,4%
>200	0%	1,5%	0,8%
Total	100%	100%	100%

Fonte : SMFCAAS/PMC

Elaboração: NEPP/UNICAMP, 1995

Quando se inclui o rendimento dos outros membros (filhos maiores de quatorze anos, idosos etc.) há uma queda significativa do número de famílias com renda zero (34,9%), apesar de continuar havendo uma concentração elevada na faixa entre renda zero e cem reais (74,7%). É importante ressaltar que, por estarmos trabalhando com um universo de famílias em situação de extrema pobreza, o rendimento desses membros é essencial para o seu orçamento familiar.

No grupo das famílias monoparentais é onde essa queda é mais forte (renda zero : 43,2%), sendo que no grupo das biparentais a queda é bem menor (renda zero : 28,2%). Isso pode ser explicado por haver, nas famílias monoparentais, uma tendência maior dos filhos começarem a trabalhar desde novos, tendo, os seus rendimentos, um peso ainda maior na composição do orçamento familiar. Além de serem famílias com composição mais heterogênea, sendo a renda dos familiares distantes e/ou não parentes que residem no mesmo domicílio essencial para o orçamento doméstico.

**Tabela 1.4**

Distribuição das Famílias por Tipo Familiar e Faixas de Renda (em reais), incluindo o rendimento dos outros membros

	Monoparental	Biparental	Total
Zero	43,2%	28,2%	34,9%
#0<=70	27,6%	21,5%	24,2%
>70<=100	12,7%	18,0%	15,6%
>100<=140	6,7%	15,6%	11,6%
>140<=200	5,4%	11,7%	8,9%
>200	4,4%	5,1%	4,8%
Total	100%	100%	100%

Fonte : SMFCAAS/PMC

Elaboração: NEPP/UNICAMP, 1995

Quando se agrega à renda familiar os rendimentos distribuídos pelo programa, há uma grande modificação na distribuição das famílias. Agora, a concentração é mais elevada nas faixas onde a renda varia de 100 a 140 reais ( 38,3%) e onde a renda é superior a 200 reais (34,8%) . Sendo que, na faixa entre zero e 70 reais há uma queda brusca ( renda # 0 <= 70 : 4,0%).

**Tabela 1.5**

Distribuição das famílias por Tipo Familiar e Faixas de Renda (em reais), incluindo os rendimentos recebidos pelo PGRFM

	Monoparental	Biparental	Total
#0<=70	8,8%	0,1%	4,0%
>70<=100	0%	0%	0%
>100<=140	52,9%	26,4%	38,3%
>140<=200	18,6%	26,3%	22,9%
>200	19,7%	47,2%	34,8%
Total	100%	100%	100%

Fonte : SMFCAAS/PMC

Elaboração: NEPP/UNICAMP, 1995

Cruzando a distribuição de famílias por faixa de renda e por região administrativa (SAR), observa-se que a Região Sul é onde se pode encontrar a maior concentração de famílias com renda zero ( 55,5 %), seguida pela Região Oeste com 44%, a leste com 36% e, por último, a Região Norte com 32,4 % . Na faixa que vai da renda zero a 70, a Região Norte é a que possui concentração maior, com 29,4 % . Logo em seguida vêm a Região oeste, com 24,7%; a Sul, com 22,8% e a leste, com 21,4%. Assim, como se pôde observar, não há

diferenças tão significativas entre as Regiões, sendo que em todas, as famílias se concentram na faixa que vai da renda zero à 140

**Tabela 1. 6**

Distribuição Famílias por Faixas de Renda (em reais) e Região Administrativa (SAR)

	Norte	Sul	Leste	Oeste	Total
Zero	151	229	150	187	717
#0<=70	137	94	103	91	425
>70<=100	78	46	81	75	280
>100<=140	61	29	46	41	177
>140<=200	34	15	31	30	110
>200	5	2	6	1	14
Total	466	415	417	425	1723

Fonte : SMFCAAS/PMC

Elaboração: NEPP/UNICAMP, 1995

Com relação ao acesso das famílias a outros programas sociais, pode-se observar que somente 26% têm acesso a programas governamentais e não governamentais, sendo que o programa com maior número de famílias é o de distribuição de cesta básica. É importante ressaltar que os programas não são excludentes, podendo as famílias acumularem mais de um programa. Entre as 518 famílias com acesso a programas, 77 participam de três, simultaneamente. Além disso, deve-se levar em conta na análise desses dados que a maior parte dos benefícios recebidos pelas famílias não são regulares. A Cesta Básica é oferecida por diferentes instituições de caridade, igrejas etc e sua distribuição não é frequente. As famílias beneficiadas, na maioria das vezes, não são cadastradas. Portanto na, verdade, o número de famílias que recebem cesta é maior do que o que aparece na tabela 2.7.

**Tabela 1.7**

Acesso das Famílias a outros Programas<sup>21</sup>

Programas	Número de Famílias com Acesso
Cesta Básica	285
Arroz/Feijão	192
Leite	69
Outros	134

Fonte : SMFCAAS/PMC

Elaboração: NEPP/UNICAMP, 1995

<sup>21</sup> Os dados dessa tabela são referentes ao mês de dezembro de 1995.

Do nosso ponto de vista, os dados apresentados acima são importantes pois criam categorias de famílias e rendimentos, que são a base da metodologia proposta.

## **2. Resultados<sup>22</sup> da Aplicação do Questionário nas Famílias Seleccionadas para o Projeto Piloto**

Em outubro de 1995, o NEPP<sup>23</sup>, com a colaboração dos alunos e da professora responsável pela disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa em Antropologia do IFCH<sup>24</sup>, Tereza Caldeira, deu início a uma pesquisa piloto sobre o PGRFM. Essa pesquisa, tinha os objetivos de testar os instrumentos de coleta de informações que serão utilizados num projeto maior e coletar informações sobre as famílias beneficiárias do programa (seu impacto sobre as condições de vida das famílias). Os instrumentos de pesquisa foram elaborados pelo NEPP. Os resultados dessa pesquisa são de grande importância para análise do conjunto de famílias beneficiadas pelo Programa, além de fornecer informações preliminares sobre os seus gastos correntes.

Assim, esse item foi dividido em duas partes. Na primeira, são expostos os resultados que permitem uma caracterização das famílias que constituíram o universo da pesquisa. Na segunda, encontram-se os dados referentes à renda recebida pelo programa: como se dá a distribuição dessas famílias entre os diferentes níveis de renda recebido pelo programa, em que estágio do programa essas famílias se encontram, como a renda é gasta e quais são os seus planos para utilização das próximas parcelas. Essa segunda parte será essencial para a análise da *estrutura de gastos das famílias beneficiadas pela renda mínima*.

É importante destacar que as famílias seleccionadas para o Projeto Piloto não constituem uma amostra representativa do universo de beneficiários do PGRFM. Na seleção, procurou-se,

---

<sup>22</sup> Do conjunto de resultados obtidos pela pesquisa piloto, foram seleccionados os dados considerados importantes para esse projeto.

<sup>23</sup> Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. A pesquisa do NEPP teve início em janeiro de 1995.

<sup>24</sup> Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

---

além de espacializá-las pelas 4 SARs, diversificá-las de acordo com a sua composição familiar, idade, prioridade de seleção no programa e renda.

### 2.1. Caracterização das Famílias Trabalhadas no Projeto Piloto

O questionário foi aplicado em 26 famílias. Sendo que, dentro desse universo, 17 (65,4%) eram biparentais e 9 (34,6%) monoparentais. Com relação à idade do chefe, a concentração se deu de forma mais intensa (57,5%) na faixa que vai de 25 a 39 anos. Sendo seguida pela faixa de 40 a 59 anos (30,8%), como pode ser observado na Tabela 2.1.1:

**Tabela 2.1.1**

Distribuição das Famílias por Faixa Etária (em anos)

Idade do chefe	Frequência	Porcentagem
Até 24	1	3,8%
25 a 39	15	57,5%
40 a 59	8	30,8%
Mais de 60	2	7,7%
Total	26	100%

Fonte: NEPP/UNICAMP/PESQUISA PILOTO, 1995, apud NEPP (1996)

O grau de escolaridade dos chefes é muito baixo. 15,38% somente assinam o nome e 57,69% estão na faixa que vai desde aqueles que só sabem ler e escrever (não tendo frequentado a escola) até os que concluíram a 4a. série do 1º grau

**Tabela 2.1.2**

Distribuição dos chefes de Família por Grau de Escolaridade

Grau escolaridade	Frequência	Porcentagem
Sem informação	1	3,85%
assina o nome	4	15,38%
Lê/ escreve	2	7,69%
1a.série	1	3,85%
2a.série	3	11,54%
3a.série	4	15,38%
4a.série	5	19,23%
5a.série	3	11,54%
8a.série	3	11,54%
Total	26	100%

Fonte: NEPP/UNICAMP/PESQUISA PILOTO, 1995, apud NEPP (1996)

A renda dos chefes das famílias se distribuiu da seguinte forma: 34,6% ganhavam menos do que 50 reais; 19,2% ganhavam entre 50 e 100 e 23,1% de 100 a 150 reais. Deve-se levar em conta, ainda que 11,5% dos chefes recebiam entre 200 e 300 reais; ponto interessante se compararmos com a tabela 2.3 (distribuição das famílias por faixa de renda pelos critérios do Programa). De acordo com as informações obtidas no banco de dados da Prefeitura, 41,6% ganhavam menos do que 70 reais; 24,6% entre 70 e 100; 16,3% entre 100 e 140 reais e somente 0,8% recebiam mais do que 200 reais. Esse diferencial elevado entre os resultados da Pesquisa Piloto e os dados da Prefeitura pode ser explicado por três motivos. Primeiro não se pode esquecer que as famílias selecionadas para a pesquisa não constituem uma amostra representativa. Procurou-se diversificar as famílias, entre outras coisas, de acordo com sua renda inicial. Segundo, o requerente, caso trabalhe no setor informal da economia, pode ter declarado renda menor do que a que efetivamente recebe. E, por último, pode ter conseguido emprego após a entrada no Programa.

### Tabela 2.1.3

Distribuição das Famílias por Faixas de Renda do chefe (em reais)

Renda chefe	Frequência	Porcentagem
Menor que 50	9	34,6%
50 - 100	5	19,2%
100 - 150	6	23,1%
150 - 200	1	3,8%
200 - 300	3	11,5%
Maior que 300	2	7,7%
Total	26	100%

Fonte: NEPP/UNICAMP/PESQUISA PILOTO, 1995, apud NEPP (1996)

Nesse ponto, é importante observar que, na maioria das famílias (61,5%), o chefe é quem mais contribui para o orçamento familiar.

Incluindo a renda dos outros membros da família (filhos maiores de 14 anos, avós, tios etc), há uma alteração significativa na situação acima: 7,7% das famílias têm renda familiar entre 50 e 100 reais e 76,9% têm renda superior a 200 reais. Como já foi mencionado anteriormente, essa mudança é explicada pela importância que têm a renda dos outros membros no orçamento familiar de grupos pobres. Desde cedo os filhos começam a

trabalhar, além de tais famílias terem como estratégia de sobrevivência a formação de domicílios mais heterogêneos (parentes distantes e não parentes contribuindo para o orçamento).

**Tabela 2.1.4**

Distribuição das Famílias por Renda Familiar (em reais)

Renda Familiar	Frequência	Porcentagem
50 - 100	2	7,7%
100 - 150	2	7,7%
150 - 200	2	7,7%
Maior que 200	20	76,9%
Total	26	100%

Fonte: NEPP/UNICAMP/PESQUISA PILOTO, 1995, apud NEPP (1996)

### 2.2. Renda Mínima

A renda do programa, recebida por essas famílias se concentra na faixa entre 50 e 200 reais. Sendo que 38,5% das famílias recebem entre 50 e 100 reais, 15,4% recebem entre 100 e 150 reais e 19,2%, entre 150 e 200 reais.

**Tabela 2.2.1**

Distribuição das Famílias por Faixas de Renda (em reais) recebida pelo PGRFM

Renda Mínima ( em reais)	Frequência	Porcentagem
Menor que 50	3	11,5%
50 -100	10	38,5%
100 - 150	4	15,4%
150 - 200	5	19,2%
200 - 300	3	11,5%
Maior que 300	1	3,8%
Total	26	100%

Fonte: NEPP/UNICAMP/PESQUISA PILOTO, 1995, apud NEPP (1996)

As famílias estudadas em outubro de 1995 estavam em estágios diferentes do Programa. O que pode ser observado pelo número de parcelas que haviam recebido. A concentração se dá em torno de 4 a 7 parcelas (73,1% dos entrevistados estavam nessa faixa). Somente uma família havia recebido uma parcela, sendo esse número repetido para o estágio final (8 parcelas e 10 parcelas).

**Tabela 2.2.2**

Distribuição das Famílias por Número de Parcelas recebidas pelo PGRFM

Número de parcelas	Frequência	Porcentagem
Sem informação	1	3,8%
1	1	3,8%
3	3	11,5%
4	6	23,1%
5	5	19,2%
6	4	15,4%
7	4	15,4%
8	1	3,8%
10	1	3,8%
Total	26	100%

Fonte: NEPP/UNICAMP/PESQUISA PILOTO, 1995, apud NEPP (1996)

Quando se perguntou em que as pessoas vinham utilizando o dinheiro recebido pelo programa, alimentação sozinha representou 35,4%, sendo que associada a materiais de limpeza essa proporção aumenta para 45,8%. Em seguida veio o item pagamento de contas atrasadas, que foi mencionado por 6 pessoas. Vestuário e bens de consumo duráveis representaram, cada um, 10,4%. E, Material de construção e material escolar 4%. Esses números, em parte se assemelham aos apresentados no trabalho de Canesqui e Queiroz (1988). Alimentação foi o item mais mencionado, logo em seguida veio o item pagamentos de contas, que corresponde, na maioria das vezes, a gastos com habitação. Mas, por outro lado, percebe-se que gastos com transporte não foram mencionados e vestuário, material escolar e bens de consumo duráveis foram mencionados por um número de entrevistados relativamente grande.

**Tabela 2.2.3**

Destinação da Renda recebida pelas famílias

Destinação da Renda	Frequência	Porcentagem
Alimentação	22	45,8%
alimentação	17	35,4%
alimentação e material de higiene e de limpeza	5	10,4%
Vestuário	5	10,4%
Bens de consumo duráveis	5	10,4%
Material de construção	4	8,3%
Pagamentos de contas	6	12,5%
Material escolar	4	8,3%
Remédios	1	2,1%
Outros	1	2,1%
Total	48	100%

Fonte: NEPP/UNICAMP/PESQUISA PILOTO, 1995, apud NEPP (1996)

Ao se perguntar em que pretende utilizar os próximos pagamentos, as respostas obtidas se modificam bastante. A maior parte dos entrevistados parecem se esquecer das necessidades mais imediatas que já consomem a totalidade ou quase totalidade do dinheiro disponível. Agora o item bens de consumo duráveis é o mencionado com maior frequência pelos entrevistados (37.5%), sendo seguido pelo item material de construção (21.9%). Agora, somente 12.5% fazem referência ao item alimentação. E, vestuário, junto com um item novo (material para trabalho<sup>25</sup>), são citados por 18.8% das pessoas.

**Tabela 2.2.4**

Destinação que as Famílias Pretendem dar aos Próximos Pagamentos

	Frequência	Porcentagem
Bens de consumo duráveis	12	37.5%
Material de construção	7	21.9%
Alimentação	4	12.5%
Vestuário	4	12.5%
Material para trabalho	2	6.3%
outros	3	9.4%
Total	32	100%

Fonte: NEPP/UNICAMP/PESQUISA PILOTO, 1995, apud NEPP (1996)

Sendo a renda do programa muito pequena, ela não permite que se faça gastos muito grandes. Isso pode ser observado na tabela referente aos gastos correntes das famílias (Alimentação é o item que aparece com maior frequência e o máximo que se faz é comprar algum bem durável a prestação). Mas, um dado que deve ser ressaltado, é que grande parte dessas famílias, antes de serem beneficiadas pelo programa estavam numa situação de extrema pobreza, o que, muitas vezes não permitia nem mesmo a compra de alimentos. Portanto, pode-se considerar que, após a entrada no PGRFM, houve uma mudança, ao menos quantitativa (aumento), na sua cesta de consumo.

Nos planos de consumo futuro, um ponto interessante é que somente dois entrevistados mencionaram a compra de materiais que abram um campo de trabalho, o que criaria a possibilidade de saída da situação de extrema penúria. Uma das explicações para isso, pode

<sup>25</sup> São exemplos de material para trabalho, máquina de costura, tanquinho, secador de cabelo, tesoura etc.

ser o fato dessas famílias virem de situações bastante precárias, estando acostumadas a pensar somente no presente, sem fazer projetos para o futuro.

Quando se perguntou dos objetivos para quando terminar o PGRFM, o emprego apareceu como o item mais citado pelas famílias (46,2%). 27% das pessoas falaram que não sabem o que farão e 11,5% que irão procurar outra forma de auxílio.

### **Tabela 2.2.5**

#### Planos das Famílias ao Término do Programa

Objetivos	Frequência	Porcentagem
Obtenção de emprego	12	46,2%
Não sabe	7	27%
Procurar outra forma de auxílio	3	11,5%
Outros	4	15,4%
Total	26	100%

Fonte: NEPP/UNICAMP/PESQUISA PILOTO, 1995, apud NEPP (1996)

## CAPÍTULO IV

### AS ESTRUTURAS DE GASTOS DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PGRFM

Para a análise da estrutura de gasto das famílias beneficiadas pelo Programa, utilizou-se como base de apoio teórico uma pesquisa feita pelos professores Canesqui e Queiroz (1988), sobre consumo<sup>26</sup> em saúde de famílias trabalhadoras.

Para tais autores, "... as possibilidades de consumir moldam-se (além dos determinantes mais gerais de consumo, produção e oferta de serviços e das condições de vida em termos de rendimentos), a certas especificidades das unidades familiares tais como número de pessoas, de dependentes em relação aos ocupados, formas de inserção dos seus membros no mercado de trabalho, ciclo de vida e das hierarquias entre eles, remetendo a aspectos de organização familiar" (1988: 85). Assim, para o estudo que será realizado aqui, tentou-se selecionar famílias com idades e composição (mono ou biparental) diversificadas.

Além disso, por se tratarem de famílias em situação de extrema pobreza, com grandes dificuldades de inserção no mercado de trabalho, o emprego temporário do chefe e outros membros é muito comum. O que faz com que os dados referentes ao orçamento doméstico sejam imprecisos. O que também deve ser levado em conta na análise dos resultados desta pesquisa.

Baseando-se ainda nos autores acima, foram considerados os seguintes itens para o estudo da estrutura de gasto das famílias: alimentação (cesta básica; leite e derivados; carnes e ovos; refrigerantes, bolachas e doces), habitação (gastos com moradia e material de construção), transporte, saúde (remédios), educação (material escolar), vestuário, bens de consumo duráveis (eletrodomésticos), cigarros e bebidas e outros.

---

<sup>26</sup> É importante destacar que apesar de haver diferenças entre gasto e consumo, nesse estudo, parte-se do último para, depois das deduções dos bens adquiridos sem dispêndio monetário, chegar à estrutura de gasto das famílias.

À partir disso, optou-se por dividir essa parte em 2 itens. No primeiro serão expostas as hipóteses feitas a respeito das estruturas de gastos das famílias beneficiadas pelo PGRFM. O segundo item será dedicado à análise das estruturas de consumo das famílias beneficiadas pelo Programa. Serão expostos os resultados da Pesquisa realizada pela Prefeitura de Campinas em dezembro de 1995, no que diz respeito aos gastos que as famílias beneficiadas pelo Programa vêm realizando. Além disso, serão apresentados os resultados da aplicação de cadernetas e questionários em famílias selecionadas, com uma conclusão sobre o trabalho realizado.

### **1. Hipóteses de Trabalho**

Como base para a elaboração das hipóteses de trabalho, utilizou-se os resultados da Pesquisa sobre estrutura de consumo de famílias trabalhadoras, apresentados por Canesqui e Queiroz (1988)

Na pesquisa realizada por Canesqui e Queiroz (1988), a alimentação apareceu como item de maior dispêndio das famílias (ver tabela 1.1.). Isso foi explicado tomando-se como base a conjuntura recessiva do período. Para os autores, entre as famílias pobres, “é na alimentação que se verifica um conjunto de estratégias de consumo, isto é: as substituições e eliminações de alimentos, as definições de prioridade de consumo entre as pessoas da família, a escolha de alimentos e de locais de compra mais baratos, a compra de miúdo conforme entra dinheiro em casa etc.” Frequentemente, recorre-se às instituições assistenciais para obtenção de alimentos, que se resumem ao arroz e feijão e, quando muito, uma “mistura”(verduras e ovos). O consumo da carne e da fruta é raro.

No caso do PGRFM, supõe-se que o peso da alimentação seja ainda mais forte. Isso porque, além de se tratarem de famílias de classe muito baixa, essas famílias sofrem a influência do próprio programa. Apesar de não haver nenhuma orientação de gasto explícita (são elas que definem suas prioridades), por ser um programa dirigido às famílias com crianças menores de quatorze anos, acaba havendo uma preocupação maior com a alimentação. As duas

---

contrapartidas do programa (cadastro das crianças no posto de saúde e garantia de frequência na escola), além das reuniões sócio educativas, fazem com que os responsáveis passem a ter maior consciência da importância da alimentação para o desenvolvimento da criança.

O segundo item priorizado pelas famílias foi a habitação. Para os autores (1988), “a casa própria significa parte da realização de um projeto de ascensão social, uma vez que ser proprietário, não depender de aluguel e morar no que é seu significa algum sucesso e melhoria de vida.” Os dispêndios médios com habitação se dividem, basicamente, em aluguel, água, luz e construção. Geralmente, as famílias acumulam durante o ano alguns materiais de construção. O dinheiro extra é também, muitas vezes empregado em materiais para se fazerem reparos e extensões nas construções.

Nessa pesquisa (Canesqui e Queiroz, 1988), ao se perguntar, “O que faria se ganhasse uma quantia maior de dinheiro?”, os itens que apareceram com maior frequência foram: comprar bens de consumo, melhoria das condições de habitação e melhor alimentação.

Os gastos com transporte também são indispensáveis no caso de famílias trabalhadoras. Mas é importante ressaltar que, hoje em dia, esse item não ocupa posição importante no orçamento doméstico, dado que é comum o recebimento de vales transportes pelos trabalhadores.

Educação e saúde ocupam, por sua vez, lugares secundários dentre os gastos diretos e efetuados. Até porque as assistências médica e educacional são obtidas junto à rede de serviços públicos gratuitos. Os gastos nessas áreas se resumem, portanto, a, basicamente, remédios e material escolar.

Cigarros e bebidas ocupam lugar relevante no orçamento doméstico, substituindo, geralmente, o lazer. Já os gastos com vestuário são pequenos e, se os filhos trabalham, os gastos com roupas ocorrem por sua conta.

---

O crediário é um meio indispensável ao ingresso das famílias no mercado de consumo, sendo as prestações consideradas sagradas.

**Tabela 1.1**

Gastos médios efetuados pelas famílias nos diferentes itens de consumo (agosto/84):

Itens de Consumo	% Gasta
Alimentação	71,79
Habitação	15,49
Vestuário	5,9
Lazer	0,8
Cigarros e Bebidas	3,8
Transporte	11,6
Saúde	8,8
outros	4,3
total	100

Fonte: Pesquisa sobre Consumo em Saúde em Famílias Trabalhadoras, apud Canesqui e Queiroz (1988)

Na verdade, segundo os autores, a sobrevivência dessas famílias dependem muito da rede social em que elas estão inseridas. Essa rede é constituída por vizinhos, patrões e parentes. Além de ser encontrado aí “a farmácia do bairro ou armazém da esquina, que oferecem créditos aos clientes como forma de sobreviver face à concorrência do supermercado”

Assim, serão tomados como hipóteses de trabalho, os resultados descritos acima

## **2. As Estruturas de Gastos das Famílias Beneficiadas pelo Programa:**

Este item foi dividido em duas partes. Na primeira serão apresentados os resultados da pesquisa realizada pela Prefeitura, no que diz respeito à utilização da renda recebida pelas famílias. Na segunda, a partir dos questionários e cadernetas, serão apresentadas as

estruturas de gastos das famílias, segundo o tipo familiar e a idade do membro da família responsável frente ao Programa. As estruturas serão comparadas, ressaltando os pontos comuns e suas diferenças.

### 2.1. Resultados da pesquisa realizada pela Prefeitura de Campinas

Em dezembro de 1995, a Prefeitura Municipal de Campinas realizou, junto às famílias beneficiadas pelo PGRFM, uma pesquisa de avaliação do primeiro ano de vigência do Programa. Quando se perguntou às famílias o que têm feito com o dinheiro recebido pelo Programa<sup>27</sup>, o item que mais apareceu foi alimentação (86.6%), sendo que foi mais citado pelas monoparentais (88%) do que pelas biparentais (85.7%). Já no segundo item, vestuário(56%), o grau de importância, segundo a tipologia familiar, se inverteu (mono: 55.4% e biparental: 56.4%). Quanto ao item habitação (38.6%), as biparentais (41.9%) deram importância bem maior do que as monoparentais (33.6%). Os eletrodomésticos (38.6%), pagamento de dívidas atrasadas (33,4%) e gastos com material escolar (22.9%) também receberam grau de importância maior pelas biparentais. As famílias monoparentais (28.4%) deram maior importância à saúde do que as biparentais (27.3%) e os dois tipos familiares deram igual nível de prioridade aos gastos com material para auferir renda (1.4%).

**TABELA 2.1**

Utilização do subsídio, segundo a tipologia familiar:

Itens de gastos	Biparental	Monoparental	Total
Alimentação	85.7%	88%	86.6%
Vestuário	56.4%	55.4%	56%
Habitação	41.9%	33.6%	38.6%
Eletrodomésticos	39.5%	37.8%	38.6%
Pgto dívidas atrasadas	34.5%	31.6%	33.4%
Saúde	27.3%	28.4%	27.7%
Material escolar	23.9%	21.8%	22.9%
Material para auferir renda	1.4%	1.4%	1.4%

Fonte: Pesquisa PMC

<sup>27</sup> Permitiram-se respostas múltiplas.

Disso, pode-se concluir que, a utilização da Renda Mínima dirige-se, de um modo geral, para as necessidades consideradas como as mais imediatas, dado o caráter emergencial da mesma. Uma das observações comuns entre todas as famílias entrevistadas foi a grande preocupação em gastar a renda recebida pelo Programa, basicamente, com as crianças: alimentos; roupas e calçados para irem à escola; fralda; cama e tv para prender as crianças em casa. É importante ressaltar que, segundo declaração de assistentes sociais e psicólogas da SAR Norte, há diferenças nas ênfases dadas ao consumo no primeiro pagamento e o que corresponde à utilização regular dos recursos obtidos. O primeiro pagamento, geralmente, é dirigido às necessidades mais urgentes, como alimentos, material de limpeza e dispêndios com moradia. Em seguida, as famílias começam a incluir nos seus gastos, outros itens, como roupas e calçados, eletrodomésticos, material de construção e reparo da habitação, prestações atrasadas e “guloseimas” para as crianças.

## *2.2. Resultados da Aplicação das Cadernetas e Questionários nas Famílias Beneficiadas pelo PGRFM*

Neste item, serão apresentados os resultados da aplicação das cadernetas e questionários em 27 famílias beneficiadas pelo PGRFM. Como foi exposto no item 1.3 da primeira parte do trabalho, as cadernetas foram distribuídas às famílias durante o mês de outubro. Nelas, as famílias deveriam anotar seus gastos fixos (aluguel, prestações, água, luz, gás etc) e as despesas diárias, sendo discriminadas a data, a descrição do bem e o valor em reais. Mas, esse instrumento não foi suficiente para captar as despesas das famílias. Além de não anotarem corretamente, as famílias, frequentemente, esqueciam de anotar seus gastos. Além disso, o conjunto de famílias no qual foi aplicada a caderneta não era suficiente para fazer a análise da estrutura de gastos segundo a tipologia familiar.

Portanto, o questionário (em anexo) foi utilizado com o objetivo de complementar os resultados obtidos com a aplicação das cadernetas, sendo as perguntas voltadas para a obtenção da estrutura de gastos das famílias. É importante ressaltar que, ao contrário da pesquisa feita pela Prefeitura, foram contabilizados, em reais, os gastos totais das famílias,

---

sendo utilizada como referência a renda total e não apenas a recebida pelo Programa. Sua aplicação se deu entre os meses de janeiro e maio de 1996.

Para a análise dos dados, serão utilizadas as entrevistas feitas com funcionários responsáveis pelo Programa das SARs Norte e Leste e observações decorrentes das visitas às famílias. Assim, como no Projeto Piloto, as famílias selecionadas para aplicação desses dois instrumentos de trabalho não constituem uma amostra representativa. Aqui, trabalhou-se apenas com duas SARs (Leste e Norte), seguindo o que foi determinado no Projeto de Pesquisa. A diversificação das famílias, por sua vez, se deu segundo o tipo familiar<sup>28</sup> e a idade do membro que requereu o Programa.

Em grande parte das famílias, somente o chefe trabalha e em ocupações irregulares (sem carteira assinada, sem prazo determinado ou por períodos curtos, de baixa remuneração etc.). Nas famílias mais novas é comum a ajuda dos pais nas despesas e nas mais velhas é comum a ajuda de filhos mais velhos -casados ou solteiros- que moram ou não dentro de casa. Tal ajuda se manifesta de forma mais forte nas famílias monoparentais femininas, dado a maior dificuldade em auferir a renda necessária para sua sobrevivência.

Com relação à estrutura de gastos, em todas as famílias, há uma grande preocupação de que esta esteja vinculada às crianças, associando a elas a renda recebida pelo Programa. A *alimentação* é o item mais importante (maior participação e o mais essencial) e dentro dele é comum a presença de carnes, danones e verduras, o que mostra uma melhoria qualitativa no consumo das famílias e a procura de uma boa alimentação para as crianças. O gasto com leite muitas vezes é baixo porque a maioria das famílias com filhos desnutridos recebe leite em pó no posto. Além disso, é comum as famílias que recebem cestas básicas de campanhas de doação promovidas por igrejas, instituições de caridade e pela própria prefeitura. Apesar dessas doações não ocorrerem todo o mês.

Gastos com *moradia* e *vestuário* são dois outros itens de grande importância, também considerados como essenciais. Como concluído no Relatório do NEPP(1996), nas famílias

---

<sup>28</sup> O grupo de famílias foi dividido em biparentais, monoparentais femininas e monoparentais masculinas

beneficiadas pelo PGRFM, a precariedade do consumo é bem maior do que nas famílias trabalhadoras de um modo geral. Algumas entrevistas colocam a roupa e calçado como essencial para conferir dignidade às pessoas da família e possibilitar que participem das atividades com a comunidade (às vezes, é um impecilho à ida das crianças à escola e dos outros membros ao mercado de trabalho). Já o item *material escolar* apareceu mais nos meses de fevereiro e março e seu peso é pequeno, dado que parte dele é emprestado pela escola (livros). É importante ressaltar que parcela dos gastos com vestuário, na verdade, podem ser considerados como gastos com educação. Por exemplo, roupas e calçados para as crianças irem à escola.

Os *eletrodomésticos*, apesar de terem participação grande na renda de várias famílias, não são considerados por essas como gastos essenciais. Quando perguntado o que cortariam, no caso de uma redução da renda, o que mais aparece são os eletrodomésticos (50% disseram que deixariam de comprar eletrodomésticos, passando a comprar somente o indispensável, que para elas são os alimentos). Como já foi mencionado, muitas vezes são comprados para manter as crianças em casa, alguns são utilizados como forma de auferir renda e outros para ajudar no serviço doméstico, permitindo que os responsáveis tenham maior tempo para cuidar das crianças e/ou trabalhar fora. Segundo Leila, responsável pelo PGRFM na SAR Norte, um dos maiores problemas que impede as famílias de comprarem eletrodomésticos é o fato delas não terem noção de tempo, ou melhor, não terem facilidade de prever o período de duração do Programa<sup>29</sup>. O que faz com que elas tenham receio em fazer crediários e não conseguir saldar as prestações. A participação baixa dos gastos com *remédio* pode ser explicada pelo fato de a maioria das famílias ganharem remédios nos postos de saúde e hospitais. Os itens *transporte e bebidas e cigarros* têm, também, participação pequena. Os membros da família, geralmente, só pegam ônibus para trabalhar, sendo que muitas vezes recebem *passes*. Além de consumirem bebidas e cigarros baratos, o que reduz sua participação no valor agregado.

---

<sup>29</sup> As famílias que participam do PGRFM pertencem a uma classe social muito baixa. Seus rendimentos sempre foram incertos, o que não as permitia fazer planos de consumo futuro. Assim, estavam acostumadas a pensar somente no presente. Quando se perguntou quantas parcelas tinham recebido do Programa, essa característica foi explicitada. Foi comum, ao menos num primeiro momento, não saberem o número exato de parcelas recebidas, nem a data em que ingressou no PGRFM. Por não saberem quantas parcelas ainda vão receber, torna-se difícil a programação de gastos por parte das famílias.

*Material de construção* só apareceu em dois casos. Mas, a casa própria, de alvenaria e bem arrumada, é o sonho da maioria dos entrevistados. Isto pôde ser observado por meio da pergunta: “O que o Sr. faria se sua renda aumentasse?” 53.3% dos entrevistados responderam que comprariam uma casa, um terreno ou melhorariam sua casa e 20% que comprariam móveis e/ou eletrodomésticos.

Um ponto interessante diz respeito à utilização prevista pelas famílias dos pagamentos futuros. Na pesquisa feita pelo NEPP (1996), quando se relacionou esse ponto com o número de parcelas recebidas, pode-se notar que as famílias que estavam a pouco tempo no Programa (de 1 a 3 meses) previam gastos de caráter mais emergencial, como manutenção da família e, posteriormente, compra de eletrodomésticos. Já as mais antigas (4 a 8 meses), tinham projetos de mais longo prazo, como compra de móveis, equipamentos domésticos e material para auferir renda. Mas, contradizendo as assistentes sociais, que mencionam a tendência contínua e crescente de compra de bens de consumo duráveis, as famílias que estavam mais próximas do término do Programa (8 a 10 meses) voltavam a ter projetos mais de curto prazo, como compra de alimentos. Essa oscilação de comportamento talvez possa estar relacionada à ausência de noção de tempo das famílias.

Assim, dividindo as famílias por tipo familiar e faixa etária, as estruturas de gastos obtidas, a partir da aplicação dos questionários e cadernetas são:

#### A. Famílias Biparentais:

##### A.1. De 18 a 24 anos:

Das quatro famílias entrevistadas, duas moravam com familiares (uma com a avó e outra com os pais), sendo que estes ajudavam nos gastos da casa, além de comprarem bens (principalmente, alimentos e roupas) para as crianças.

Os principais gastos são os com *alimentação* (35.13%), ocupando grande importância o sub-item *leite e derivados* (7.4%). Isso pode ser explicado pelo fato de serem famílias relativamente novas, com presença predominante, entre os filhos, de crianças em fase de amamentação. O que também explica a ausência de gastos com *material escolar* (a

---

participação de 1.03% diz respeito a gastos com creche). O segundo item mais importante na estrutura de gastos é o *vestuário* (17.63%), sendo seguido pelos gastos com *eletrodomésticos e móveis* (16.95%), *moradia* (11.4%), material de limpeza (6.6%) e *remédios* (5.23%).

### Tabela A.1

Estrutura de gastos das famílias biparentais, com idade entre 18 e 24 anos

itens	% gasta
Alimentação	35.13
cesta básica	18.23
carnes, ovos	5.6
leite, derivados	7.4
bolacha, doces, achocolatados , refriger. etc.	3.9
material de limpeza	6.6
moradia (aluguel, água, luz, gás etc.)	11.4
transporte	3.0
material escolar e mensalidades	1.03
remédios	5.23
vestuário	17.63
eletrodomésticos e móveis <sup>30</sup>	16.95
material de construção	-
bebidas, cigarros	1.38
outros	1.68
total	100

Fonte: Pesquisa Sobre Estrutura de Gastos das Famílias beneficiadas pelo PGRFM

#### A.2. De 25 a 39 anos:

Neste grupo, a *alimentação* continua sendo o item mais importante (48.28), sendo que, se essa estrutura for comparada com a do grupo anterior, pode-se observar que há um forte aumento do peso da *cesta básica* (de 18.23% para 31.32%). O que pode ser explicado pela presença grande de filhos mais velhos. Os gastos com *moradia* (15.96%) também tem peso maior que no primeiro grupo. Além dos filhos mais velhos aumentarem os gastos com moradia, a ajuda de parentes que não moram no mesmo domicílio é menor do que no

<sup>30</sup> Neste item está sendo computado o valor pago pelo bem no mês da entrevista, ou seja, o valor da prestação, quando o pagamento for parcelado e o valor total no caso de pagamento à vista.

primeiro grupo. Em seguida a esses dois itens, vêm os gastos com *vestuário* (8.3%), *eletrodomésticos* (8.2%), *material de limpeza* (5.24%), *transportes* (3.86%) e *material escolar* (3.42%). O aumento desse último item também pode ser explicado pela presença de filhos mais velhos.

### Tabela A.2

Estrutura de gastos das famílias biparentais, com idade entre 25 e 39 anos

itens	% gasta
Alimentação	48.28
cesta básica	31.32
carnes, ovos	7.64
leite, derivados	6.24
bolacha, doces, achocolatados , refriger. etc.	3.08
material de limpeza	5.24
moradia (aluguel, água, luz, gás etc.)	15.96
transporte	3.86
material escolar e mensalidades	3.42
remédios	1.96
vestuário	8.3
eletrodomésticos e móveis	8.2
material de construção	-
bebidas, cigarros	2.38
outros	2.38
total	100

Fonte: Pesquisa Sobre Estrutura de Gastos das Famílias beneficiadas pelo PGRFM

#### A.3. De 40 a 59 anos:

Neste grupo, é ainda maior a presença de filhos mais velhos - solteiros ou casados- que ajudam nas despesas da família, mesmo quando moram em casas separadas. Há, portanto, dentro do item mais importante (*alimentação*: 47.5%), um aumento dos gastos com *cesta básica* (35.73%), com decréscimo dos gastos com *bolachas, refrigerantes e doces* (1.57%) e *carnes* (3.2%) em relação aos outros dois itens. Os gastos com *moradia* (19.73%) também se elevam proporcionalmente. Em terceiro lugar vem o item *eletrodomésticos e móveis* (17.8%) e em quarto, *material escolar* (2.99%). Há, ainda, redução significativa dos gastos com *vestuário* (2.7%). Muitas vezes, os filhos que trabalham destinam parte do seu salário à compra de roupas e calçados, não sendo contabilizados como gastos das famílias. Isso pode explicar a oscilação dos gastos com *vestuário* nas famílias mais velhas.

**Tabela A.3**

Estrutura de gastos das famílias biparentais, com idade entre 40 e 59 anos

Itens	% gasta
Alimentação	47.5
cesta básica	35.73
carnes, ovos	3.2
leite, derivados	7.0
bolacha, doces, achocolatados , refriger. etc.	1.57
material de limpeza	5.88
moradia (aluguel, água, luz, gás etc.)	19.73
transporte	1.05
material escolar e mensalidades	2.99
remédios	-
vestuário	2.7
eletrodomésticos e móveis	17.8
material de construção	-
bebidas, cigarros	-
outros	2.17
total	100

Fonte: Pesquisa Sobre Estrutura de Gastos das Famílias beneficiadas pelo PGRFM

**B. Famílias Monoparentais:****B.1. Femininas:**

Como afirmado anteriormente, nas famílias monoparentais a ajuda de parentes é maior. Além das dificuldades das mulheres chefes de família em arranjar emprego por não terem com quem deixar os filhos e com quem dividir as tarefas de casa., há o problema de ser somente um adulto responsável pela família, limitando a possibilidade de se ter mais de um rendimento<sup>31</sup>. No caso de monoparentais femininas é maior a probabilidade de se ter um orçamento baixo. Isso ocorre devido à maior dificuldade das mulheres de se inserir no mercado de trabalho e à tendência a receberem um salário menor que o dos homens. Tais fatores fazem com que o orçamento dessas famílias seja insuficiente para cobrir suas necessidades, sendo necessária a ajuda de familiares ou amigos.

<sup>31</sup> Isso é, em parte, atenuado pela presença maior nessas famílias de não familiares ou familiares mais distantes.

---

### B.1.1. De 18 a 24 anos:

Nesse grupo, a ajuda de pais é significativa. Por serem famílias relativamente novas, os filhos não estão aptos a trabalhar, de forma a completar o orçamento. Além disso, na maioria das vezes, não há a ajuda do ex- cônjuge, o que aumenta a necessidade do apoio de parentes e amigos. Isso pôde ser observado nas entrevistas: as três famílias entrevistadas moravam com os pais e somente uma mulher - chefe trabalhava fora. Todas têm filhos abaixo da idade escolar.

As despesas com moradia eram divididas entre os membros da casa. Num dos casos, a responsável frente ao Programa dava parte da sua renda para que a mãe pagasse as despesas comuns (*cesta básica, carnes e ovos, material de limpeza e moradia*). O restante era usado para as despesas com ela e as crianças. Em outro caso, os pais pagavam as despesas *com alimentação e material de limpeza*, sendo as despesas com moradia divididas entre todos os moradores que trabalhavam. Os pais ajudavam ainda nas compras para as crianças. No último, eram divididos somente os gastos com *moradia*. O restante era comprado pela mãe das crianças. Os pais também ajudavam nas compras para as crianças.

Assim, nesse grupo a *alimentação* continua ocupando o primeiro lugar na estrutura de consumo (45.97%), sendo que, ao comparar com as famílias biparentais com essa faixa etária, pode-se perceber que há um aumento do peso do item *cesta básica* ( de 18,23% para 26%) e de leite e derivados (de 7,4% para 15.9%). Por outro lado, há uma redução relativa dos gastos com moradia (de 11,4% para 5.37%), o que pode ser explicado pela divisão do custo entre os membros da casa. Os gastos com *vestuário* (de 17,63% para 14.7%) também diminuem, devido, na maioria dos casos, à ajuda dos pais nas compras para as crianças.

Outro aumento significativo são dos gastos com *bebidas e cigarros* (de 1.38% para 5.37%), que em todas as famílias desse grupo correspondem na verdade ao consumo de cigarros.

---

**Tabela B.1.1**

Estrutura de gastos das famílias monorentais femininas, com idade entre 18 e 24 anos

Itens	% gasta
Alimentação	45.97
cesta básica	26.0
carnes, ovos	1.067
leite, derivados	15.9
bolacha, doces, achocolatados , refriger. etc.	3.0
material de limpeza	4.83
moradia (aluguel, água, luz, gás etc.)	5.37
transporte	1.5
material escolar e mensalidades	-
remédios	5.4
vestuário	14.7
eletrodomésticos e móveis	-
material de construção	-
bebidas, cigarros	5.37
outros	5.47
total	100

Fonte: Pesquisa Sobre Estrutura de Gastos das Famílias beneficiadas pelo PGRFM

**B.1.2. De 25 a 39 anos:**

Como foi colocado no item 1.2 (biparentais dentro dessa faixa etária), nesse grupo já é comum a existência de filhos, solteiros ou casados, que ajudam no orçamento familiar. Ajuda que é mais significativa nesse grupo por se tratar de famílias monoparentais femininas. Além disso, os filhos mais novos, na sua maioria, estão em idade escolar.

Com relação às biparentais nessa faixa etária, observa-se que, dentro do item *alimentação* (48.67%), há um aumento relativo do item *cesta básica* (de 31,32% para 41.2%) e redução do item *leite e derivados* (de 6,24% para 1.3%). Isso pode ser explicado pela presença nesses grupos de familiares distantes ou não parentes, geralmente adultos ou adolescentes. Em segundo lugar, como nas famílias biparentais, vêm os gastos com *moradia* (13.07%) e, em terceiro, com *vestuário* (9.23%). Dois pontos interessantes nesse grupo são o peso grande do item *transporte* (7.87%) e o aparecimento dos gastos com *material de*

*construção* (6.63%). Os eletrodomésticos (2.53%) têm peso pequeno na renda gasta por essas famílias, sendo que remédios ocupam 4.43% e material escolar 4.2%.

### Tabela B.1.2

Estrutura de gastos das famílias monorentais femininas, com idade entre 25 e 39 anos

Itens	% gasta
Alimentação	48.67
cesta básica	41.2
carnes, ovos	5.2
leite, derivados	1.3
bolacha, doces, achocolatados , refriger. etc.	0.97
material de limpeza	2.7
moradia (aluguel, água, luz, gás etc.)	13.07
transporte	7.87
material escolar e mensalidades	4.2
remédios	4.43
vestuário	9.23
eletrodomésticos e móveis	2.53
material de construção	6.63
bebidas, cigarros	-
outros	0.56
total	100

Fonte: Pesquisa Sobre Estrutura de Gastos das Famílias beneficiadas pelo PGRFM

#### B.1.3. De 40 a 59 anos:

A alimentação ocupa, de forma semelhante às biparentais nessa faixa etária, 47.85% da renda gasta, sendo que a única diferença é o maior peso dado ao item *carnes e ovos* (6.15%). O item *leite e derivados* (6.95%) tem peso maior no orçamento desse grupo do que no das monoparentais entre 25 e 39 anos.

Em segundo lugar, mas com peso menor do que o da estrutura de gasto das biparentais, vem o item *moradia* (15.45%). Os gastos com *vestuário* (9.45%) são maiores do que nas biparentais e os com *eletrodomésticos* (10.1%) menores. *Material de limpeza* (6.8%) ocupa aqui o quinto lugar e *transporte* (3.53%) o sexto.

**Tabela B.1.3**

Estrutura de gastos das famílias monorentais femininas, com idade entre 40 e 59 anos

Itens	% gasta
Alimentação	47.85
cesta básica	32.25
carnes, ovos	6.15
leite, derivados	6.95
bolacha, doces, achocolatados , refriger. etc.	2.5
material de limpeza	6.8
moradia (aluguel, água, luz, gás etc.)	15.45
transporte	3.53
material escolar e mensalidades	0.35
remédios	1.65
vestuário	9.45
eletrodomésticos e móveis	10.1
material de construção	-
bebidas, cigarros	3.0
outros	1.8
total	100

Fonte: Pesquisa Sobre Estrutura de Gastos das Famílias beneficiadas pelo PGRFM

B.2. Masculina<sup>32</sup>:

## B.2.1. De 25 a 39 anos:

Os dois entrevistados trabalhavam, sendo que um deles morava com os pais, que ajudavam a olhar seus filhos, cuidar da casa e fazer compras. Assim, apesar de não haver dependência financeira, há necessidade da ajuda dos pais.

Nesse grupo, há uma modificação significativa. Apesar da *alimentação* (46.65%) ser o item de maior peso, os gastos com *material de construção* (18.75%), só observado em um dos grupos, têm peso significativo, ocupando o segundo lugar na estrutura de gastos. Isso talvez possa ser explicado pelo fato de os dois homens trabalharem e darem maior importância às condições de moradia do que roupas e eletrodomésticos. Em terceiro lugar vêm os gastos

<sup>32</sup> Não há no Programa nenhuma família monoparental masculina com menos de 24 anos.

com *moradia* (16.75%) e, em quarto, com *vestuários* (4.8%). *Bebidas e cigarros* (3.8%) ocupam o quinto lugar e não há gastos com *material escolar, remédios e eletrodomésticos*.

**Tabela B.2.1**

Estrutura de gastos das famílias monorentais masculinas, com idade entre 25 e 39 anos

itens	% gasta
Alimentação	46.65
cesta básica	28.35
carnes, ovos	8.8
leite, derivados	4.6
bolacha, doces, achocolatados , refriger. etc.	4.4
material de limpeza	4.75
moradia (aluguel, água, luz, gás etc.)	16.75
transporte	1.65
material escolar e mensalidades	-
remédios	-
vestuário	4.8
eletrodomésticos e móveis	-
material de construção	18.75
bebidas, cigarros	3.8
outros	3.2
total	100

Fonte: Pesquisa Sobre Estrutura de Gastos das Famílias beneficiadas pelo PGRFM

#### B.2.2. De 40 a 59 anos:

Nesse grupo, a estrutura de consumo se aproxima mais das anteriores. O item *alimentação* é o que mais pesa no orçamento das famílias (58.9%). Mas, o que chama a atenção aqui é o peso do sub- item *bolacha, doces, achocolatados, refrigerantes etc.* (12.85%); o maior observado. Em segundo lugar vem o item *moradia* (18.2%) e, depois, *material de limpeza* (10.35%), *vestuário* (6.45%) , *remédios* (3.5%) e *bebidas e cigarros* (2.75%).

**Tabela B.2.2**

Estrutura de gastos das famílias monorentais masculinas, com idade entre 40 e 59 anos

Itens	% gasta
Alimentação	58.9
cesta básica	31.2
carnes, ovos	9.7
leite, derivados	5.15
bolacha, doces, achocolatados , refriger. etc.	12.85
material de limpeza	10.35
moradia (aluguel, água, luz, gás etc.)	18.2
transporte	-
material escolar e mensalidades	-
remédios	3.5
vestuário	6.45
eletrodomésticos e móveis	-
material de construção	-
bebidas, cigarros	2.75
outros	-
total	100

Fonte: Pesquisa Sobre Estrutura de Gastos das Famílias beneficiadas pelo PGRFM

Os dois entrevistados trabalhavam e não recebiam ajuda de familiares. Um deles só tinha um filho e este não estava ainda em idade escolar. O outro tinha somente filhas, que estudavam e faziam bicos para comprar coisas para elas.

### 3. Conclusões:

Como já foi mencionado, o item mais importante nas estruturas de gastos foi *Alimentação*, apesar de seu peso variar de acordo com o tipo familiar. Além disso, quando se desagrega o item, é possível notar que os sub-itens têm peso diferentes nos grupos. Nas famílias com idade entre 18 e 24 anos, os gastos com leite e derivados tem maior peso dentro do item alimentação do que nas outras faixas etárias. O que pode ser explicado pelo fato de serem famílias novas, com grande presença de crianças abaixo da idade escolar. Já nos outros dois grupos etários, os gastos com cesta básica são bem maiores devido, principalmente, ao

aumento do número de filhos mais velhos morando em casa. Mas, apesar das diferenças entre os grupos, em todos houve incremento da alimentação. Itens como carne, leite<sup>33</sup>, danones, verduras, legumes, bolachas foram mencionados em quase todos os questionários e a possibilidade de consumi-los foi, na maioria das vezes, atribuída à renda recebida pelo Programa.

O segundo item mais importante para a maioria das famílias foi moradia. Com excessão dos grupos com idade entre 18 e 24 anos e das monoparentais masculinas, com idade entre 25 e 39 anos. No primeiro caso, os gastos mais reduzidos com moradia podem ser explicados ou pelo fato delas terem poucos filhos e esses serem muito pequenos, reduzindo o uso de gás, luz e água ou pela ajuda dos pais, que arcam com parte das despesas gerais. Com relação às monoparentais masculinas, na verdade os gastos com moradia foram elevados, sendo que só não ocuparam o segundo lugar pelo peso elevado que o item material de construção ocupou dentro desse grupo.

Material de limpeza, eletrodomésticos e vestuário também tiveram, na maioria das famílias, peso grande na estrutura de gastos. Embora nos dois casos de monoparentais masculinas e no grupo de monoparentais femininas, com idade entre 18 e 24 anos não tenham havido gastos com eletrodomésticos. No último caso, a ausência de gastos com eletrodomésticos pode ser explicada pelo fato de as três famílias morarem com os pais. Já os gastos com vestuário foram pequenos somente no grupo de biparentais com idade entre 40 e 59 anos, cuja participação no orçamento foi de 2.7%. Como já foi mencionado, os residentes (filhos, parentes distantes e não parentes) que trabalham muitas vezes compram roupas para si próprio, não sendo necessariamente essas despesas contabilizadas no orçamento familiar. Isso faz com que gastos com vestuário sejam incertos, oscilando de família para família.

---

<sup>33</sup> Deve ser levado em conta que o consumo de leite, na maioria dos casos, foi ainda maior do que aparece nas estruturas de gastos das famílias. A campanha do leite, realizada pela Prefeitura fornece às famílias com filhos desnutridos, grávidas e mulheres que estão amamentando e sofrem de anemia 4 quilos de leite em pó, mensalmente. O que reduz as necessidades dessas famílias de comprarem leite.

---

Transporte, material escolar, remédios e bebidas e cigarros tiveram, na maior parte dos casos, peso pequeno ou mesmo inexistente. O grupo que dispendeu parte maior da renda à compra de bebidas e cigarros foi o das monoparentais femininas, com idade entre 18 e 24 anos, em que a participação do item foi de 5.37% , sendo que esse mesmo grupo, junto com o das biparentais com essa mesma faixa de idade foram os que atribuíram parte maior dos gastos aos remédios (aproximadamente, 5.4%). Com relação ao item transportes, foram as famílias monoparentais femininas com idade entre 25 e 39 anos que atribuíram maior parte da renda aos gastos com transportes (7.87%).

A destinação baixa aos materiais escolares por praticamente todas as famílias pode ser justificada pelo fato de grande parte dele ser emprestado pela escola (livros). Além disso, deve-se levar em conta, que apesar de os questionários terem sido aplicados em períodos diferentes, as cadernetas foram aplicadas no mês de outubro, quando os gastos com material escolar são baixos.

Apesar de só duas famílias terem indicado gastos com material de construção, a melhoria da casa mostrou-se como sonho da maioria das famílias, não podendo ser realizado pelo nível baixo de renda.

Assim, como pôde ser observado, as hipóteses levantadas no início da parte III foram, em grande medida, confirmadas; alimentação não só foi o item mais importante nos gastos das famílias, como o item em que o incremento foi mais significativo , com maior diferenciação entre as estruturas. Gastos com habitação (água, luz, gás, aluguel), na maioria das famílias, ocuparam, como previsto, o segundo lugar, tendo as famílias como sonho a casa própria, bem arrumada. Educação e saúde ficaram em lugares relativamente secundários e os gastos com transporte foram baixos. Mas contradizendo as hipóteses levantadas, vestuário ocupou lugar relevante dentro dos gastos realizados, sendo que cigarros e bebidas tiveram peso reduzido.

---

Pode-se perceber, ainda, que as diferenças nas estruturas de gasto das famílias são principalmente com relação à porcentagem da renda destinada aos diferentes itens de consumo. Com algumas exceções, os itens que aparecem nas diferentes estruturas tendem a ser os mesmos. Aqui é importante ressaltar, que se trata de famílias em situação de extrema pobreza, o que não permite a realização de gastos diferentes dos básicos. As diferenças nas porcentagens gastas em cada item tem relação com a estrutura da família (existência ou não de filhos mais velhos, presença ou não de parentes mais distantes e/ou não familiares, sexo do chefe, tipo familiar, idade dos membros etc.), com as possibilidades de inserção dos membros no mercado de trabalho, número de filhos na escola, prioridades de gastos (o que tem relação com a idade das famílias, grau de escolaridade, nível cultural, influência das reuniões mensais com as assistentes sociais e psicólogas das SARs), entre outros fatores.

Mas, como já foi afirmado, pode-se notar que o PGRFM proporcionou melhorias significativas nas estruturas de gastos das famílias de um modo geral. Muitas das famílias antes de entrarem no Programa tinham renda zero (incluindo o rendimento de outros membros das famílias, 37.9% das famílias tinham renda zero), o que as impossibilitava de comprar o mínimo necessário a sua sobrevivência.

Além de dependerem de favores de amigos e familiares, muitas vezes tinham que mandar os filhos para a rua em busca de dinheiro. Esses o obtinham por meio de esmolas, “bicos” e até mesmo furtos.

Os empréstimos e compras a prazo nos armazéns se tornavam cada vez mais difícil, devido ao montante elevado de dívidas. Grande parte das crianças sofriam de desnutrição.

A ausência de dinheiro as impossibilitava, muitas vezes, de sair à procura de empregos. Além de não poder cuidar da aparência não podiam se deslocar, por não ter dinheiro para a passagem.

---

---

O dinheiro recebido pela renda possibilitou que muitas das famílias melhorassem seu nível alimentar; carnes, leite, ovos, verduras passaram a ser consumidos. Além disso, a renda certa, durante um ano, com as cartas fornecidas pelas assistentes sociais, garantindo a existência da renda, permitiram que muitas famílias comprassem, a prazo, bens de consumo duráveis.

Foi possível também a compra de “passes” de ônibus, para que seus membros saíssem à procura de empregos. O que se tornou menos difícil pela maior possibilidade dos beneficiários em cuidar da aparência. Estes puderam ainda pagar suas contas atrasadas e alguns deles, mesmo que poucos, compraram material para auferir renda e/ou melhoraram a moradia.

É importante ressaltar que o Plano Real, introduzido em 1994, proporcionou melhorias no padrão de vida das classes sociais mais pobres. A estabilização da economia, ao reduzir em muito as perdas com a inflação e dar previsibilidade necessária à expansão do crédito ao consumidor permitiu aumento do consumo de alimentos - de valor inestimável - e de eletrodomésticos. Segundo pesquisa do IBGE, publicada na Folha de São Paulo, em 08/09/96, entre 93 e 95, a proporção de domicílios com tv passou de 50,2% para 60,9% e daqueles onde há geladeira, aumentou de 71,7% para 74,8%. Houve também um aumento dos gastos de itens básicos, como energia elétrica (de 75,4% para 76,2%) e esgoto (de 39,1% para 39,5%). Esse fator ajudou a maximizar os efeitos do PGRFM sobre os gastos das famílias beneficiadas.

---

## CONCLUSÃO

Esse trabalho, como foi dito anteriormente, teve como objetivo estudar as estruturas de gastos das famílias beneficiadas pelo PGRFM da Prefeitura Municipal de Campinas. Para se atingir tal objetivo, considerou-se importante contextualizar o Programa no debate brasileiro e internacional.

Os Programas de Garantia de Renda Mínima surgiram nas duas últimas décadas como uma resposta à crise do Welfare State. O novo contexto econômico e social, marcado pela flexibilização do mercado de trabalho e sua conseqüente precarização, o desemprego em massa e de longa duração, a desvinculação do salário com a produtividade, a desestruturação das famílias com a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e com a multiplicação dos divórcios e envelhecimento demográfico, pressionando despesas com aposentadoria e saúde fez com que o Sistema de Bem Estar Social predominante no período do pós guerra até a década de 70 não fosse mais capaz de responder às demandas existentes.

Além da redução das fontes de financiamento, há um grande aumento da demanda por serviços sociais. Há a introdução de formas particularistas em oposição aos princípios universalistas de alguns sistemas. Além disso, a limitação da capacidade de regulação do Estado acelera o processo de desarticulação do sistema.

Assim, em todo o mundo, os Programas de Renda Mínima<sup>34</sup> vêm sendo discutidos e implantados como formas menos centralizadas e burocratizadas de distribuição de Bens e serviços. Tais Programas são considerados um avanço com relação ao Estado de Bem Estar Social na medida em que dissociam os benefícios da condição de empregado, criando, segundo o argumento progressista, “uma nova forma de solidariedade social” e “fortalecendo a eficácia redistributiva do sistema de proteção social”. Além de ampliar a

---

<sup>34</sup> A idéia básica desses Programas é a transferência monetária a indivíduos e famílias.

liberdade dos indivíduos de escolha dos serviços sociais e bens de acordo com seu grau de prioridade.

Várias críticas foram levantadas a esses Programas. As principais críticas são: o desestímulo ao trabalho; são considerados assistencialistas, não garantindo a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho; os mecanismos de elegibilidade são considerados precários e seus custos são elevados, ao contrário do que afirmam seus defensores.

No Brasil, a discussão foi introduzida com a apresentação de um projeto nacional de renda mínima pelo Senador Eduardo Suplicy. O Programa beneficiaria indivíduos maiores de 25 anos que auferissem renda menor que 2,25 salários mínimos. Esse projeto foi aprovado no Senado, mas encontra-se em tramitação no congresso nacional.

Outros programas de renda mínima têm sido discutidos e implantados de forma descentralizada, a nível municipal. Campinas foi o primeiro município brasileiro a implantar um programa de tal natureza. Daí a importância de se estudar o Programa.

O Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima foi implantado em Campinas em fevereiro de 1995 com o objetivo de fornecer um subsídio mensal às famílias com filhos menores de 14 anos ou portadores de deficiência física, com renda per capita inferior a 35,00 e residente em Campinas a pelo menos 2 anos. O subsídio é equivalente à diferença entre a renda familiar e o patamar mínimo.

Além do caráter assistencial, o projeto visava estimular o processo emancipatório dos beneficiários de forma que eles não precisassem mais do subsídio financeiro. O que seria conseguido por meio de um trabalho sócio educativo. Essa característica do Programa, ao meu ver, permite enquadrá-lo na terceira corrente de debate sobre renda mínima, ou seja a que articula a idéia de renda mínima à noção de *inserção-reinserção* social e profissional do beneficiário. (vide capítulo1)

---

Assim, como contrapartida, as famílias devem matricular seus filhos na escola e cadastrá-los nos postos de saúde mais próximos, além de participar das reuniões sócio-educativas mensais, o que é considerado o principal instrumento para emancipação das famílias.

Com relação ao impacto do Programa sobre os gastos das famílias percebeu-se uma melhoria significativa. Houve um incremento não só quantitativo, como também qualitativo no consumo das famílias. Muitas das famílias (37,9%), antes de ingressarem no Programa tinham renda zero, o que as impossibilitava de comprar o mínimo necessário a sua sobrevivência. Além de dependerem de favores de amigos, muitas vezes tinham que mandar os filhos para a rua em busca de dinheiro.

O dinheiro, além dos gastos correntes, permitiu a compra de passes para que seus membros saíssem a procura de emprego. O que se tornou menos difícil pela maior possibilidade em cuidar da aparência. Estes puderam ainda pagar suas contas atrasadas e, alguns deles, mesmo que poucos compraram material para auferir renda e/ou melhoraram a moradia.

Além disso, a compra de roupas e material escolar permitiu a ida das crianças, que foram liberadas do trabalho e da função de sair em busca de dinheiro, à escola. Sem falar na melhoria alimentar que foi o item de maior importância nas estruturas de gastos das famílias.

Mas, apesar de algumas exceções, os itens que aparecem nas diferentes estruturas tendem a ser os mesmos (vide capítulo 4). O que pode ser explicado pelo fato de se tratarem de famílias em situação de extrema pobreza, o que não permite gastos diferentes dos básicos.

Finalizando, não se pode deixar de mencionar que esse trabalho só analisa um aspecto do Programa de Campinas. Para se fazer uma análise completa do PGRFM seria necessário analisar como este têm atingido as outras metas: modificar a dinâmica familiar, garantir que as crianças frequentem as escolas, melhorem seu estado nutricional (o que não depende somente da parte alimentar) e suas condições de saúde de um modo geral. Além de estimular o processo emancipatório dos beneficiários de forma que eles não precisem mais do subsídio

---

financeiro. Alguns desses objetivos dependem de um trabalho de mais longo prazo e, muitas vezes, de condições estruturais da economia. Assim, a garantia da renda mínima é o primeiro passo para a construção de um país com menor concentração de renda e, conseqüentemente, com menos desigualdades sociais. Junto com essa política é necessário que se implantem outras como política de educação, formação profissional, expansão do mercado de trabalho, saúde, moradia etc.

---

**ANEXOS**

---

DECRETO Nº 11.471

**REGULAMENTA A LEI Nº 8.261/95, QUE "INSTITUI O PROGRAMA DE RENDA FAMILIAR MÍNIMA PARA FAMÍLIAS COM FILHOS EM SITUAÇÃO DE RISCO".**

O Prefeito Municipal de Campinas, no uso de suas atribuições legais, considerando:

- Que a Câmara Municipal aprovou a lei nº 8.261/95, que instituiu o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, garantindo-lhe recursos de até 1% do valor das receitas correntes do município;
- A situação precária e a extrema penúria em que vivem algumas famílias de nosso município, face à injusta distribuição de renda de nosso país;
- Que esta situação afeta um número grande de crianças na idade de sua formação física, intelectual e moral;
- Que estas crianças sofrem problemas que colocam em perigo a sua dignidade e segurança, no presente e no futuro, colocando-as, desde já, à margem da sociedade;

- Que um grande número de pais, na busca de recursos para a sobrevivência de suas famílias, deixam os seus filhos em casa, expostos a riscos de toda natureza;

- Que o índice de mortalidade infantil, verificado dentro destas famílias, é comparável aos piores do mundo;

- Que é dever do Poder Público e da Sociedade, dentro das suas possibilidades, promover a melhoria de vida para estas pessoas;

- Que Campinas busca, através de seus programas sociais e de parcerias entre a sociedade e governo, construir um município saudável, que proporcione o bem estar das pessoas e suas famílias;

- Que o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, tem como prioridade imediata atender famílias cujas crianças encontram-se em situação de risco, e visa, principalmente, realizar um trabalho sócio-educativo com estas famílias, que possibilite o ingresso ou retorno das crianças e adolescentes à rede escolar, bem como sua inserção em atividades que promovam seu desenvolvimento pessoal e social.

## DECRETA:

Art. 1º - A Secretaria Municipal da Família, da Criança, do Adolescente e da Ação Social - SMFCAAS, será responsável pela coordenação geral do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, instituído pela Lei nº 8.261/95, estabelecendo normas e procedimentos únicos para a implementação, controle e acompanhamento.

// Único - O Programa será gerenciado pelas Secretarias de Ação Regional - SARs, através das Diretorias de Desenvolvimento Social, nas suas respectivas áreas de atuação.

Art. 2º - Consideram-se dependentes, para os efeitos da Lei nº 8.261/95, os menores de quatorze anos que estejam sob tutela ou guarda judicial, pelo período que perdurar esta situação.

Art. 3º - Para os efeitos deste Programa serão considerados componentes da família, seus representantes legais (pai e/ou mãe), os filhos e dependentes.

Art. 4º - A comprovação da renda, para fins do Programa, levará em conta a soma dos rendimentos de todos os membros da família e, será feita através de carteira profissional, "holleriths", recibos, ou declaração de próprio punho, no caso de rendimentos de trabalho informal ou alternativo.

// Único - A aferição da comprovação de renda deverá ser feita no momento do cadastramento inicial da família e ainda, em qualquer fase do Programa, a critério do gerenciador.

Art. 5º - A comprovação da residência referida no Art. 3º da Lei nº 8.261/95, será feita por qualquer documento que, satisfatoriamente, indique a efetiva residência, no município.

Art. 6º - Para se habilitarem no Programa, ou obterem prioridade de atendimento, as famílias deverão se cadastrar, devendo cumprir os seguintes requisitos:

I - Documentos de natureza obrigatória:

a)- Comprovante de residência, nos termos do Art. 5º deste decreto;

b)- Certidão de nascimento e/ou documento de guarda ou tutela dos filhos ou dependentes com menos de quatorze anos;

c)- Atestado médico que caracterize a deficiência, no caso do inciso I do Art. 2º da Lei nº 8.261/95;

d)- Carteira profissional;

e)- Termo de Responsabilidade e Compromisso, anexo I deste decreto, onde a família se responsabilizará, entre outras coisas, pela correta destinação dos recursos recebidos e ainda se sujeitará às punições decorrentes da falsa informação prestada, para fins de obtenção do benefício.

## II - Documentos para obtenção de prioridade:

a)- Documento comprobatório de que um ou mais filhos ou dependentes, tenham sido objeto da notificação compulsória de desnutrição de que trata o decreto nº 11.508 ou atestado de atendimento no referido programa.

b)- Atestado de frequência do Serviço de Atendimento à Criança e Adolescente em Situação Especial (SACASE) ou em outros programas da mesma natureza gerenciados por Organizações Não Governamentais (ONGs) na data da publicação da Lei nº 8.261/95.

Art. 7º - Os benefícios do Programa serão, renováveis, desde que conservadas as condições iniciais que o justificaram.

# Único - As famílias estarão sujeitas à avaliação sistemática e controle periódico, de acordo com o Projeto Técnico de Operacionalização, sempre que assim for solicitado pelo gerenciador do Programa.

Art. 8º - As famílias serão atendidas, segundo critérios a serem estabelecidos pela SMFCAAS através de portaria, visando sempre priorizar as mais necessitadas.

Art. 9º - A parceria com entidades governamentais e não governamentais estabelecidas pelo Art. 4º da Lei nº 8.261/95, será objeto de acordo de cooperação, a ser firmado entre a Prefeitura Municipal de Campinas e a respectiva entidade.

Art. 10º - Será desenvolvido, através da IMA-Informática dos Municípios Associados, sistema informatizado para a criação, em cada SAR, de cadastro único de todos os beneficiários do Programa.

Art. 10º - Será desenvolvido, através da IMA-Informática dos Municípios Associados, sistema informatizado para a criação, em cada SAR, de cadastro único de todos os beneficiários do Programa.

Art. 11º - O servidor público ou agente de entidade parceira, que concorra para a concessão ilícita de benefícios, responderá civil e criminalmente pelo delito, independentemente de inquérito administrativo em relação ao serviço público.

Art. 12º - Será excluída do Programa, a família cujo responsável esteja envolvido na ilicitude mencionada no Artigo anterior, bem como aquela que não esteja cumprindo as obrigações assumidas no Termo de Responsabilidade.

Art. 13º - O responsável perante o Programa será definido quando do cadastramento, devendo o Termo de Responsabilidade ser assinado por ambos os responsáveis quando possível.

# 1º - Será admitido o compromisso assinado por outro membro da família, maior de 18 anos, quando da reconhecida impossibilidade dos responsáveis o assinarem.

# 2º - Será obrigatório o comparecimento dos responsáveis aos eventos estabelecidos para o desenvolvimento sócio-educativo dos beneficiários, sob pena de exclusão do Programa.

Art. 14º - A Secretaria Municipal de Educação definirá normas, para a Rede Municipal de Ensino, estabelecendo a obrigatoriedade da Direção das unidades notificarem semanalmente a SAR respectiva, dos casos de evasão e/ou abandono da escola.

Parágrafo único - A Direção e o corpo docente responsáveis pela escola deverão estimular a permanência da criança ou adolescente na unidade, mesmo em condições de possível insucesso escolar, para manter o vínculo do aluno com o processo educativo.

Art. 15º - A Secretaria Municipal de Educação buscará estabelecer convênio com a Secretaria de Estado da Educação, visando a implantação de mecanismos semelhantes aos estabelecidos no artigo anterior para a rede municipal, para acompanhamento mensal da evasão e/ou abandono escolar dos alunos da rede estadual de ensino.

Art. 16º - As famílias inscritas no Programa deverão ser acompanhadas pelos Serviços de Saúde Pública mais próximos a sua residência.

Art. 17º - Os recursos para execução deste Programa serão alocados na SMFCAAS, através de complementação à dotação.

Art. 18º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Campinas, 03 de março de 1995

Roteiro para Entrevista com as famílias beneficiadas pelo PGRFM

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_  
Idade: \_\_\_\_\_ Tipo familiar: \_\_\_\_\_  
Estado civil: \_\_\_\_\_ Religião: \_\_\_\_\_  
Quem é o chefe da família? \_\_\_\_\_  
Escolaridade do chefe: \_\_\_\_\_  
No. de filhos com menos de 14 anos: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ SAR: \_\_\_\_\_

1. Quanto o Sr. Recebe do Programa?

\_\_\_\_\_

2. Quantos pagamentos sua família já recebeu?

\_\_\_\_\_

3. Em que dia do mês costuma ser o recebimento do cheque do Programa?

\_\_\_\_\_

4. Algum membro da família trabalha?

Quem?

Quanto recebe?

Quem?	Quanto recebe?

5. Além do dinheiro recebido pelo PGRFM, há alguma outra fonte de renda?(aposentadoria, seguro desemprego, ajuda de igrejas, campanha de combate à fome etc.)

---

6. O Sr. Recebe algum outro tipo de benefício?

cesta básica

leite

cesta de material de construção

passes de ônibus

outros. (especificar): \_\_\_\_\_

7. O Sr. Contribui para algum sindicato, igreja etc?

---

8. Quem vai às reuniões? Ela gosta?

---

---

9. Há algum direcionamento de gastos? Qual?

---

10. Em que utilizou o primeiro pagamento?

---

11. Em que tem utilizado o dinheiro recebido pelo Programa? (Eletrodomésticos, bens para a casa, material de construção, material para auferir renda (revenda, instrumentos para trabalho), roupas)

---

---

12. Em que pretende utilizar os próximos?

---

---

13. Se sua renda aumentasse, o que o Sr. compraria?

---

14. Se sua renda diminuísse, o que o Sr. deixaria de comprar?

---

15. Que itens o Sr. Comprou esse mês?

Itens	Valor/ Quantidade	Local de compra (tipo de estabelecimento)	Forma de pagamento
conta de luz			
conta de água			
gás			
passage de ônibus			
aluguel			
prestação <sup>1</sup>			
prestação :			
prestação:			
roupas			
calçados			
remédios			
material escolar			
material de construção			
bebidas, cigarros			
Compras de mês:			
sabão em pó			
sabão em pedra			
detergente			
sabonete			
xampoo			
creme rinse			
pasta de dente			

<sup>1</sup> discriminar: ex. Móveis, eletrodomésticos etc



## BIBLIOGRAFIA

AURELIANO, L.; DRAIBE, S.M.. A especificidade do. "Welfare State" brasileiro. In : Brasil. Ministério da Previdência e Assistência Social. Comissão Econômica para a América Latina. Economia e desenvolvimento. Brasília, 1989, v.1, p. 86-119.

CANESQUI, A.M.; QUEIROZ, M.S. Estratégias de consumo em saúde em famílias trabalhadoras Relatório Final de Pesquisa. Convênio UNICAMP/ NEPP/ FINEP. Campinas, 1988.

CARVALHO, M.C.B. : A priorização da família na agenda da política social . In Família Brasileira, a base de tudo . São Paulo : Cortez, 1994.

DRAIBE, S. M. Da assistência social aos programas de renda mínima. In : SUPPLY, E. Programa de garantia de renda mínima Brasília : Gráfica do Senado, 1992.

DRAIBE, S. M. Por um reforço da proteção à família : contribuição à reforma dos programas de assistência social no Brasil. In Família Brasileira, a base de tudo. São Paulo : Cortez, 1994.

FERRERA, M. Modelli di Solidarietà. Política e riforme sociali nelle democrazie. Bologna, 1993: il Mulino

GOUJON, D. Le revenu minimum en Europe. Quelles perspectives pour un projet communautaire de lutte contre l'exclusion ? Rivue Française des Affaires Sociales n.2, avril/juin 1994, p.89-109.

NEPP. Brasil: o gasto social e as despesas com programas focalizados na pobreza. Campinas, 1994 (mimeografado).

NEPP. Acompanhamento e Avaliação da implementação do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM) da Prefeitura Municipal de Campinas Relatório Parcial de Pesquisa. Campinas, fevereiro de 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Campinas, s.d.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Pesquisa sobre o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Campinas, 1995.

RAMOS, C. A. Programa de garantia de renda mínima. Texto para discussão no. 367. Brasília: IPEA, novembro, 1994.

SANTOS, W. G. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. 2a. Ed. Rio de Janeiro : Campus, 1987.

SILVA, M.O.S. Crise da sociedade salarial e renda mínima: nova forma de política social ? Texto preliminar para discussão interna. UNICAMP/ NEPP. São Paulo, 1995.

SUPLICY, E. Programa de garantia de renda mínima Brasília : Gráfica do Senado, 1992.

Handwritten notes and calculations:

1920 → 1910  
250 → X

$r = \frac{250}{1920} = 0,13$

95.000 (1910) → X